

**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**



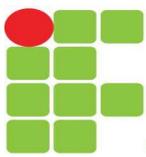
Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS UMUARAMA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CÂMPUS UMUARAMA

UMUARAMA

2012



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Irineu Mário Colombo

Pró-reitor de Ensino

Ezequiel Westphal

Diretor de Ensino Médio e Técnico

Evandro Cherubini Rolim

Coordenadora de Ensino Médio e Técnico

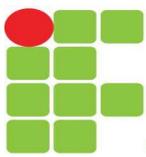
Adnilra Selma Moreira da Silva Sandeski

Diretor Geral do Câmpus

Vicente EstevãM Sandeski

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Silvia Eliane de Oliveira Basso



Comissão de Coordenação e Sistematização do Projeto Político Pedagógico

Comissão dos Órgãos Colegiados

Ana Flávia Costa
Julio Cesar Tonin Albinati
Marcelo Trierveiler Pereira
Saul Ferreira Caldas Neto
Stella Alonso Rocha
Vicente Estevã Sandeski

Comissão de Orçamento e Infraestrutura

Carlos José Dalla Nora
José Silvio Doto Camponogara
Juliana Cavalaro
Leandro Dias Lourenço
Lincoln Kotsuka da Silva
Lucimara Fátima de Paula
Narciso Américo Franzin

Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

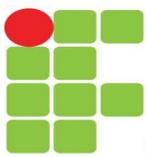
Claudio Luiz Mangini
Maísa Proença Pereira
Marcelo Antunes Davi
Márcia Cristina Dadalto Pascutti
Margarida Maria Sandeski
Máriam Trierveiler Pereira
Odacir Antônio Zanatta
Sílvia Eliane de Oliveira Basso
Talita Rafaela D'Agostini Mantovani
Tarcísio Miguel Teixeira
Terezinha dos Anjos Abrantes

Discentes:

Aparecida Antônio da Silva
Carlos Alberto Vendrame
Christopher Rodrigo Faccio
Eduardo Rodrigues
Eric Fernando Pereira
Ivan Ruiz Belice Junior
Marcelo Rodrigues Lázaro
Maria Felomena Sandri
Samara Marcelo Zolin

Representantes da Comunidade

Edilson José Gabriel (sindicato dos Bancários)
Marilza Aparecida dias Ferreira (ADEMA)
Sebastiana Ruiz Garcia (APP Sindicato)

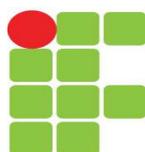


LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município de Umuarama	12
Figura 2 - Municípios de abrangência do NRE Umuarama	16
Figura 3 - Mapa de localização do câmpus Umuarama	22
Figura 4 - IFPR câmpus Umuarama.....	34
Figura 5 - Organograma do IFPR Câmpus Umuarama, modalidade presencial	50
Figura 6 - Instrumentos de Avaliação.....	77

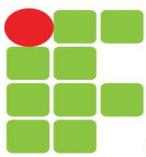
LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Atividades econômicas de expressão no município (2010)	14
Quadro 2 - Número de evasão 2011 (Câmpus Umuarama)	28
Quadro 3 - Número de evasão 2012 (Câmpus Umuarama)	29
Quadro 4 - Orçamento anual do câmpus Umuarama	33
Quadro 5 - Número de servidores técnico-administrativos (2010)	50
Quadro 6 - Número de servidores técnico-administrativos (2012)	51
Quadro 7 - Número de funcionários terceirizados (2012)	51
Quadro 8 - Número de docentes (2010)	51
Quadro 9 - Número de docentes (2012)	51
Quadro 10 - Formação acadêmica dos docentes (2010)	52
Quadro 11 - Formação acadêmica dos docentes (2012)	52
Quadro 12 – Número de alunos (2010)	52
Quadro 13 – Número de alunos (2012)	52
Quadro 14 - Critérios para Atribuição de Conceito	78
Tabela 1 - Matrículas da Educação Infantil, 2005 – 2009 Umuarama	17
Tabela 2 - Instituições Municipais que ofertam o Ensino Fundamental, 2009	17
Tabela 3 - Total de Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Núcleo de Umuarama	18
Tabela 4 - Totais de Escolas, Turmas e Matrículas da Rede Estadual NRE Umuarama	18
Tabela 5 - Escolas Estaduais no Município de Umuarama	19
Tabela 6 - Totais de Escolas, Turmas e Matrículas de Rede Estadual no Município de Umuarama	19
Tabela 7 - Curso Técnico em Açúcar e Alcool	23
Tabela 8 - Curso Técnico em Agroecologia	23
Tabela 9 - Curso Técnico em Agronegócio	24
Tabela 10 - Curso Técnico em Controle Ambiental	24
Tabela 11 - Curso Técnico em Desenho de Construção Civil	25
Tabela 12 - Curso Técnico em Design de Móveis	25
Tabela 13 - Curso Técnico em Informática	26
Tabela 14 - Curso Técnico em Orientação Comunitária	26
Tabela 15 - Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	27



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	4
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	8
1. ATO SITUACIONAL	12
1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	12
1.1.1 A Realidade Sociocultural e Econômica do Município de Umuarama	12
1.1.2 A Realidade Escolar do Município de Umuarama	15
1.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CÂMPUS	21
1.2.1 Câmpus	21
1.2.2 Cursos, Níveis, Modalidades e Formas de Ensino	22
1.2.3 Descrição da Infraestrutura do Câmpus.....	32
1.2.4 Orçamento Anual Previsto e Base Legal.....	33
1.2.5 Histórico do Câmpus.....	33
1.2.6 Caracterização Sociocultural e Econômica do Câmpus	34
1.2.7 Contextualização da realidade escolar do câmpus	42
1.2.8 Equipe Pedagógica: atribuições e funções.....	48
1.2.9 Organograma Institucional	49
1.2.10 Número de servidores Técnico-administrativos.....	50
1.2.11 Funcionários Terceirizados – Formação e Função.....	51
1.2.12 Número de Docentes	51
1.2.13 Formação Acadêmica dos Docentes.....	52
1.2.14 Número de Alunos	52
2. ATO CONCEITUAL	54
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	54
2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	58
2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	62
2.3 CONSTRUÇÃO DO PPP: UMA PRÁTICA COLETIVA.....	64
3. ATO OPERACIONAL.....	66
3.1 PLANO DE AÇÃO	66
3.2 ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR: GESTÃO DEMOCRÁTICA	71
3.3 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	73
3.4 AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA DO CÂMPUS.....	78
3.4.1 A gestão democrática	78
3.4.2 O papel dos órgãos e colegiados.....	80
3.4.3 Combate À Evasão	83



3.4.4 A Política de Egressos.....	84
3.4.5 Grêmio Estudantil	85
3.4.6 NAPNE	86
3.5 UNICIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CÂMPUS.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Segundo Gadotti (1994), projetar é antever um futuro diferente do presente, é tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se a atravessar um período de instabilidade visando uma nova estabilidade. Quando pensamos em educação, essa cronologia dialética nos permite vislumbrar um porvir que, em sua essência semântica, justifica o processo ativo de revisão, planejamento e ação da comunidade em busca dessa nova estabilidade educacional.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição educacional configura-se como um documento vital que facilita e organiza as atividades acadêmicas, onde é realizado o planejamento que prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária das escolas (LONGHI e BENTO, 2006).

Embora não seja nominalmente expresso em seus artigos, a importância da elaboração do PPP é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, quando cita a necessidade de um planejamento institucional educativo que englobe, de forma clara, todas as ações vitais para o desenvolvimento de sua missão, como direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Assim, o Projeto Político Pedagógico de uma instituição educativa é, por essência, um instrumento de gestão democrática, capaz de oportunizar a todos os envolvidos uma reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, elementos formadores da identidade institucional.

Devido a seu caráter participativo, abre espaços para um diálogo humanizador que rompe a mera burocracia do “fazer documentos”, que durante anos não permitia a gestação de uma educação realmente socializada. Assim, objetiva sempre uma renovação das concepções educacionais e nas práticas cotidianas do processo de ensino e aprendizagem, numa constante evolução da caminhada educativa rumo à sociedade que se almeja.

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 2002). Dessa forma, a responsabilidade pela viabilização, avaliação e manutenção do PPP não recai sobre a equipe articuladora, mas de toda a comunidade escolar (professores, técnicos

administrativos e estudantes), legitimando o caráter público e democrático e atendendo os interesses da maioria da população (VEIGA, 2002).

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos (VEIGA, 2002).

Essa construção coletiva proposta deve ser elaborada por três agentes: equipe articuladora, servidores da instituição e alunos e suas famílias. A equipe articuladora tem por função planejar as ações para sensibilizar os envolvidos, buscando conscientizar da importância do PPP para promover a melhor qualidade da educação (LONGHI e BENTO, 2006). Os servidores administrativos, de apoio e os docentes, devem estar envolvidos na elaboração do PPP para que o documento retrate a realidade de todos os setores escolares. Todos os envolvidos devem estar sensibilizados a participar, acreditando que este processo pode melhorar a educação, buscando as questões que influenciam no trabalho da escola, relatando sua prática e o que acreditam ser necessário mudar para um ensino de qualidade (LONGHI e BENTO, 2006). A participação da família e da comunidade é fundamental, embora muitas vezes esteja desprovida de base teórica, a comunidade traz os anseios e dificuldades por que passa cotidianamente. Além disso, uma gestão que se diz democrática tem que contar com a participação das pessoas na gestão (SOUZA, 2009).

Por esse motivo, a construção do Projeto Político Pedagógico de uma instituição é sempre coletiva, envolvendo na roda conversa a comunidade acadêmica e a sociedade na qual esteja inserida. E é justamente essa possibilidade de aproximação que proporciona a abertura de espaços para o desenvolvimento efetivo de sua viabilidade.

Embora a instituição de ensino tenha autonomia para escolher a maneira adequada de conduzir a elaboração do PPP, essa não é um valor absoluto, fechada em si mesma, mas um valor que se determina numa relação de interação social; é importante para a criação da identidade da escola, supõe a possibilidade de singularidade e variação entre as instituições escolares (VEIGA, 2002).

De acordo com Longhi e Bento (2006) as etapas de viabilização podem ser as seguintes: sensibilização dos envolvidos da importância da elaboração do PPP e oportunização dos encontros com número expressivo de participantes. A equipe articuladora tem um importante papel na viabilização do processo: estar atenta às discussões e achar um consenso entre as muitas ideias e concepções que surgirão das discussões. A apreensão que os diferentes membros da comunidade educativa farão da realidade escolar poderá ser bastante divergente. É preciso muita interação, muito diálogo para se chegar às necessidades e às possibilidades de forma rigorosa (não alienada) e coletiva (VASCONCELOS, 2004).

Como se trata de uma construção processual, é importante realizar a avaliação do PPP em todas as etapas de elaboração, para que não haja desvio do foco de em qual situação estamos e em qual queremos chegar. Mesmo depois de finalizada a elaboração, a escola continuará tendo autonomia para reescrevê-lo quando sentir necessidade ou quando perceber que há necessidade de redimensionar as metas e prazos e estabelecer novos rumos (LONGHI e BENTO, 2006).

Além das questões complexas inerentes ao processo de elaboração participativa de um Projeto Político Pedagógico, o Câmpus Umuarama tem vivenciado, simultaneamente, um momento de crescimento acadêmico e afirmação de sua identidade na região. Sua implantação recente, o quadro de servidores docentes e técnico-administrativos ainda pequeno, o quantitativo de estudantes e propostas de cursos se ampliando impeliu-nos ao planejamento efetivo deste documento.

Com o propósito de programar um processo democrático de construção do Projeto Político Pedagógico, elegeu-se a metodologia participativa. Para o desenvolvimento do processo, optou-se por encaminhamentos metodológicos que privilegiaram o diálogo, abrindo-se, assim, para o debate com todos os segmentos da Instituição.

No percurso metodológico participativo, desenvolveu-se, dentre outras estratégias, encontros com a equipe da PROENS, palestras e reuniões semanais envolvendo a participação de servidores. Também pais, alunos, e representantes da sociedade umuaramense participaram do processo, pois é necessário conhecer a realidade em que vivem os estudantes da escola, a sua história de vida e os seus sonhos, bem como os anseios de homem e trabalho que a comunidade almeja.

Neste sentido, a equipe articuladora do PPP no câmpus Umuarama buscou alternativas para abranger todos os alunos nesta elaboração, observar, dialogar e entender a importância do IFPR para a vida deles. É relevante lembrarmos que a escola existe em função do estudante e que ele é o sujeito direto do processo pedagógico. Logo, conteúdos, avaliação, relações sociais e valores vão constituindo, diariamente, a história de vida de cada estudante.

Para materialização deste Projeto Político Pedagógico do IFPR câmpus Umuarama, de início, traçou-se um planejamento abrangente, objetivando definir equipes de coordenação do processo, delimitar cronograma geral e eleger os temas a serem discutidos. Nessa etapa inicial, contemplaram-se os encaminhamentos que orientaram todo o processo de discussão e que compuseram este documento final. Entendeu-se esse documento como síntese do pensamento do câmpus e resultado do planejamento coletivo e participativo. Constitui-se, assim, uma proposta de projeto contendo o marco situacional, marco conceitual e marco operacional.

Para atender a diversidade de temáticas, finalidades, concepções, políticas e ações educativas, necessariamente enfocadas nesse Projeto Político Pedagógico, dividiu-se o documento em três capítulos:

O Capítulo 1 apresenta o ATO SITUACIONAL, a concepção do Projeto Político Pedagógico do IFPR – Câmpus Umuarama, os princípios que orientaram a construção do projeto político pedagógico, aborda o perfil identitário institucional no contexto histórico-social. Para tanto, põe em foco a estrutura institucional do câmpus Umuarama, as finalidades e a função social da Instituição, o histórico da Instituição e a contextualização política e geográfica do projeto de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Paraná.

O Capítulo 2 apresenta o ATO CONCEITUAL, explicita o conjunto de concepções teóricas e de bases epistemológicas e filosóficas que fundamenta a ação do câmpus. Explicita também a concepção de currículo orientadora da prática pedagógica institucional e a concepção de gestão democrática na educação.

O Capítulo 3 apresenta o ATO OPERACIONAL, versando sobre as políticas e as ações educativas do câmpus. Apresenta em que consistem essas políticas e essas ações, no que se refere aos objetivos, às formas de organização das ofertas educacionais, a quem se destinam e aos indicadores metodológicos de cada política.

1. ATO SITUACIONAL

O Ato Situacional é a percepção da equipe envolvida no processo de construção coletiva do PPP em torno da realidade na qual a instituição educacional se encontra inserida: como a equipe a vê, quais seus traços mais marcantes, qual a relação do quadro socioeconômico, político e cultural mais amplo e o cotidiano da escola. Sua importância se deve ao fato de que pode desvelar os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes. Neste Ato, serão apresentados alguns dos pressupostos teóricos de suporte às políticas institucionais, bem como a caracterização geral do câmpus, o quadro de docentes, técnicos e estudantes.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1.1 A Realidade Sociocultural e Econômica do Município de Umuarama

O município de Umuarama está localizado na Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense, cuja localização da sede está nas coordenadas 53,32°W e 23,76°S, numa altitude média de 430 metros, a 580 quilômetros de distância da capital estadual. Possui 100.676 habitantes e densidade demográfica de 81,67 habitantes/Km² (IBGE, 2010), conforme figura 1.



Figura 1 - Município de Umuarama

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412810#>

A identificação e caracterização dos potenciais de Umuarama e de sua área de influência, entretanto, nos remetem ao processo histórico de ocupação e uso do território. Destacam-se os importantes empreendimentos de companhias colonizadoras: Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e posteriormente a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), por meio de decisiva atuação em planejamento territorial. Umuarama, portanto, foi uma cidade planejada e daí despontou sua importante função de núcleo urbano.

Embora a colonização tenha se iniciado no Norte do Paraná na década de 1930, a expansão em direção ao Noroeste do Paraná só foi desencadeada a partir da década de 1940. Motivada pela fronteira agrícola, tinha nas lavouras de café a principal sustentação econômica e dava agilidade à comercialização dos lotes rurais pelas companhias colonizadoras.

A frente de expansão cafeeira foi processada em três fases: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Tal processo de colonização se estendeu do final do século XIX até os anos 1960.

O Noroeste Paranaense corresponde justamente à porção outrora denominada Norte Novíssimo, geograficamente é a área entre a margem esquerda do Rio Ivaí e a margem direita do Rio Piquiri. A frente de expansão cafeeira cessou no Norte Novíssimo, concomitantemente à queda dos preços do café devido ao excesso da oferta do produto no mercado. Além disso, os solos arenosos não se constituíam em atrativo para os cafeicultores e, por isso, predominou nas áreas de solos arenosos (Formação Arenito Caiuá) o plantio de pastagens tendo em vista criação de gado de corte. Prioritariamente, nas áreas de domínio do solo sobre o basalto e nas zonas de contato arenito-basalto (solos com maior teor de argila) foram desenvolvidas lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho articuladas ao setor industrial. É deste fato que surgiu uma peculiaridade regional: o cooperativismo agrícola/agroindustrial. É importante lembrar que o surgimento de técnicas modernas de integração lavoura-pecuária e determinadas situações de valorização dos grãos no mercado nacional e internacional, tem influenciado a expansão das lavouras temporárias mecanizadas.

Na primeira década do século XXI, o Noroeste desponta como principal polo sucroalcooleiro do Paraná. A cana-de-açúcar foi constituída atividade agrícola predominante em função de várias usinas instaladas na região. Além da cana, outros produtos direcionados à indústria apresentaram crescimento: a mandioca e

as aves. Em comparação com outras regiões do Paraná, o Noroeste se diferencia pela produção de casulos do bicho-da-seda e frutas, principalmente laranja, abacaxi e manga. A atividade agropecuária, portanto, mantém sua importância na ocupação da mão de obra regional, sobretudo na microrregião de Umuarama, pela expressiva criação de bovinos também.

A cidade de Umuarama é um importante polo urbano do Paraná e apresenta um dos maiores índices de crescimento imobiliário do Brasil, indicando efeitos sobre a construção civil e a indústria moveleira. A diversidade de fontes de renda na área de agricultura, pecuária, comércio, educação, esporte, saúde e lazer representa o principal fator do dinamismo sociocultural e econômico do município. Umuarama é a cidade polo da região de Entre Rios – área territorial formada por 32 municípios, que foi concebida por lideranças políticas locais e regionais, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento sustentável por meio da viabilização de recursos e projetos que envolvem o conjunto dos municípios.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do município de Umuarama, a cidade ocupa a segunda posição dentre os principais polos moveleiros do Paraná, merecendo destaque a industrialização de estofados, colchões e cozinhas planejadas. Ressalta a recente formação do arranjo Produtivo Local - APL – que iniciou suas atividades contando com 280 produtores do setor moveleiro, criado no final de 2010. Isso mostra a união do setor na busca do fortalecimento comum.

Quadro 1 - Atividades econômicas de expressão no município (2010)

Atividade Econômica	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de Produtos Minerais não metálicos	22	223
Indústria Metalúrgica	54	108
Indústria Mecânica	11	35
Indústria de materiais elétricos	7	142
Indústria de materiais de transportes	11	79
Indústria de madeira e do mobiliário	72	593
Indústria do papel e gráfica	36	197
Indústria da borracha, fumo, peles e similares.	10	134
Indústria química, produtos veterinários e sabões.	25	133
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido.	167	1.522
Indústria de calçados	2	26
Indústria de produtos alimentícios de bebidas e álcool etílico	152	3.569
Serviços industriais de utilidade pública	4	14
Construção civil	408	1327
Comércio varejista	2161	6041
Comércio atacadista	132	690
Indústria moveleira	40	2.098

FONTE: Prefeitura Municipal – Setor de Alvará / Indústria e Comércio / Ipardes / APL local / CAGED/MTE, e Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Alimentos.

Esse perfil regional em constante expansão criou a necessidade de formação de mão de obra técnica para atuar no mundo do trabalho. As demandas trabalhistas e sociais oportunizadas pelo crescimento desses setores, bem como as características do papel dos Institutos Federais na educação brasileira contemporânea, propiciaram a implantação do IFPR Câmpus Umuarama.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Paraná, por consequência, foi instituído o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR possui atualmente 14 câmpus no estado, nos seguintes municípios: Curitiba, Paranaguá, Campo Largo, Irati, Palmas, Foz do Iguaçu, Cascavel, Assis Chateaubriand, Ivaiporã, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Londrina, Paranavaí e Umuarama.

O IFPR Câmpus Umuarama tem o dever como Instituição de Educação Básica Técnica e Tecnológica oferecer educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino, observando o disposto na Lei nº 11.892/08 que prevê o mínimo de: 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender à Educação Profissional Técnica de nível médio, 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, e/ou programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

As ações educacionais do Instituto Federal organizam-se através da oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presenciais e a distância.

1.1.2 A Realidade Escolar do Município de Umuarama

O Núcleo Regional da Educação de Umuarama busca oferecer qualidade na prestação de serviços à comunidade escolar e à sociedade em geral. Procura garantir a execução das políticas educacionais da Secretaria de Estado da

Educação, orientando e acompanhando os estabelecimentos de ensino da educação infantil, ensino fundamental, médio e profissional, do regular, da educação especial e da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), das redes pública e particular, dos 19 municípios a ele jurisdicionados:

Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama e Xambê, conforme figura 2.



Figura 2 - Municípios de abrangência do NRE Umuarama

Fonte: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

As tabelas, a seguir, apresentam dados referentes à educação básica, ensino fundamental e médio, no município de Umuarama.

Os dados foram obtidos a partir da participação de representante da secretaria municipal de educação na elaboração deste projeto, que contribuiu na apresentação do Plano Municipal de Educação (PME) Umuarama - Lei Nº 3.663, de 23 de Dezembro de 2010, bem como acesso ao site da Secretaria Estadual de Educação – SEED, com informações atualizadas sobre a educação na região de Umuarama, bem como no município.

Tabela 1 - Matrículas da Educação Infantil, 2005 – 2009 Umuarama

População	2005	2006	2007	2008	2009
Estimativa da população de 0 a 5 anos no Município	9.095	9.109	8.109	9.119	7.741
Educandos de 0 a 5 anos frequentando as Creches	2.176	2.267	2.352	2.558	2.723
Educandos de 0 a 5 anos frequentando Centros de Educação Infantil	-	-	-	221	247
Educandos de 4 a 5 anos frequentando a Educação Infantil nas Escolas	1.150	1.221	1.137	761	716
Educandos de 0 a 5 anos frequentando Instituições Privadas de Educação Infantil	940	786	661	718	975
Total de educandos atendidos	4.266	4.274	4.150	4.258	4.661
Percentual de educandos atendidos	46.9%	46.9%	51.1%	46.6%	60.2%

Fonte: Plano Municipal de Educação Umuarama - Lei Nº 3.663, de 23 de Dezembro de 2010

Atualmente, segundo o PME, com a ampliação do atendimento da Educação Infantil, por meio de novas construções e reformas, o Município atende mais de 3.000 educandos, da faixa etária de zero a cinco anos, em 23 Creches Filantrópicas Conveniadas à Rede Municipal de Ensino, 22 Escolas Municipais, 3 CMEIS (Centros Municipais de Educação Infantil) e 10 Instituições de Ensino da Rede Privada.

Tabela 2 - Instituições Municipais que ofertam o Ensino Fundamental, 2009

Instituição de Ensino	Organização	Turnos	Turmas de EF	Total de educandos
1. EML Benjamin Constant	Séries/Ano/ Multisseriada	M / V	02	19
2. EML Carlos Gomes	Séries/Ano	M / V	05	128
3. EML Dr. Ângelo Moreira da Fonseca	Séries/Ano	M / V	14	378
4. EML Dr. Germano Norberto Rudner	Séries/Ano	M / V	10	136
5. EML Evangélica	Séries/Ano	M / V	14	305
6. EML Jardim Birigui	Séries/Ano	M / V / I	09	207
7. EML Jardim União	Séries/Ano	M / V	15	346
8. EML Malba Tahan	Anual	M/V	04	100
9. EML Manuel Bandeira	Anual	M / V	04	96
10. EML Ouro Branco	Séries/Ano	M / V	10	202
11. EML Padre José de Anchieta	Séries/Ano	M / V	05	94
12. EML Papa Pio XII	Séries/Ano	M / V	06	106
13. EML Paulo Freire	Séries/Ano	M / V	13	335
14. EML Profª Analides de Oliveira Caruso	Séries/Ano	M / V	11	180
15. EML Rui Barbosa	Séries/Ano	M / V	16	412
16. EML São Cristóvão	Séries/Ano	M / V	08	160
17. EML São Francisco de Assis	Séries/Ano	M / V	11	268
18. EML Sebastião de Mattos	Séries/Ano	M / V	16	326
19. EML Serra dos Dourados	Séries/Ano	M / V	10	189
20. EML Souza Naves	Anual	M / V	04	78
21. EML Tempo Integral	Séries/Ano	I	17	465
22. EML Vinícius de Moraes	Séries/Ano	M / V	10	234
Total			214	4.764

Fonte: Plano Municipal de Educação Umuarama - Lei Nº 3.663, de 23 de Dezembro DE 2010

A tabela 3 apresenta os estabelecimentos estaduais de ensino, relacionando os municípios integrantes do Núcleo Regional de Umuarama. Já, a tabela 4, aponta os totais de escolas, turmas e matrículas da rede estadual do NRE Umuarama.

Tabela 3 - Total de Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Núcleo de Umuarama

Município	Total de Escolas	Modalidade de Ensino									
		Educação Infantil - Pré Escola	Regular			Ed. Prof. Subs.-Nível Técnico	Educ. Prof. Integ. a EJA - PROEJA	Ed. de Jovens e Adultos			Educação Especial
			Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio			Fase I	Fase II	Ensino Médio	
ALTO PARAISO	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0
ALTO PIQUIRI	6	0	0	4	1	0	0	0	1	1	4
ALTONIA	5	0	0	4	1	0	0	0	1	1	4
CAFEZAL DO SUL	3	0	0	3	1	0	0	0	1	1	1
CRUZEIRO DO OESTE	4	0	0	3	2	1	0	0	1	1	2
DOURADINA	2	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1
ESPERANCA NOVA	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0
FRANCISCO ALVES	3	0	0	3	1	0	0	0	1	1	1
ICARAIMA	3	0	0	3	1	0	0	0	1	1	1
IPORA	4	0	0	4	1	1	0	0	1	1	2
IVATE	3	0	0	2	2	0	0	0	1	1	0
MARIA HELENA	2	0	0	2	2	0	0	0	1	1	1
NOVA OLIMPIA	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1
PEROBAL	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1
PEROLA	2	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1
SAO JORGE DO PATROCINIO	2	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1
TAPIRA	3	0	0	2	1	0	0	0	1	1	1
UMUARAMA	20	0	0	18	14	5	1	1	4	4	12
XAMBRE	3	0	0	3	1	0	0	0	1	1	2
Total do NRE	69	0	0	60	35	7	1	1	22	22	36

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em setembro de 2012).

Tabela 4 - Totais de Escolas, Turmas e Matrículas da Rede Estadual NRE Umuarama

E F ANOS FINAIS	Escolas	Turmas	Matrículas
Curso: Regular		548	13967
Total do Ensino		548	13967
ENSINO MEDIO			
Curso: Regular		296	8436
Curso: Integrado		42	1045
Curso: Subsequente		30	726
Curso: PROEJA		3	35
Atividade Complementar: CELEM		79	1604
Total do Ensino		450	11846
EJA FASE I 1/4			
Curso: Regular		2	2
Total do Ensino		2	2
EJA FASE II 5/8			
Curso: Regular		70	1940
Total do Ensino		70	1940
EJA ENS MEDIO			
Curso: Regular		58	1614
Total do Ensino		58	1614
EDUC ESPECIAL			
Curso: Regular		65	658
Total do Ensino		65	658
Total do Núcleo Regional		1193	30027

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em setembro de 2012).

A tabela 5 apresenta os estabelecimentos estaduais de ensino no município de Umuarama. Já, a tabela 6, aponta os totais de escolas, turmas e matrículas da rede estadual no município.

Tabela 5 - Escolas Estaduais no Município de Umuarama

Escola	Modalidade de Ensino									
	Educação Infantil - Pré Escola	Regular			Ed. Prof. Subs.- Nível Técnico	Educ. Prof. Integ. a EJA - PROEJA	Ed. de Jovens e Adultos			Educação Especial
		Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio			Fase I	Fase II	Ensino Médio	
BENTO MOSSURUNGA, C E-EF M N			X	X	X					
CEEBJA UMUARAMA-EF M							X	X	X	
DURVAL SEIFERT, E E-EF			X		X					
HILDA TRAUTWEIN KAMAL, C E PROFA-EF M P			X	X	X	X				X
INDIRA GANDHI, E E-EF			X		X					X
IZABEL, C E PRINC-EF M			X					X	X	X
JARDIM CANADA, E E DO-EF			X							
JARDIM CRUZEIRO, E E DO-EF			X							
JOSE BALAN, C E VER-EF M PROFIS			X	X	X					X
LOURENCO FILHO, C E-EF M			X	X						
LOVAT, C E-EF M			X	X	X					X
MANUEL DA NOBREGA, C E PE-EF M			X	X				X	X	X
MONTEIRO LOBATO, C E-EF M			X	X				X	X	X
PARQUE JABUTICABEIRA, C E-EF M			X	X						X
PAULO A TOMAZINHO, C E PROF-EF M PROFIS			X	X	X					X
PEDRO II, C E-EF M PROFIS			X	X	X					X
SANTA ELIZA, C E-EF M			X	X	X					
TIRADENTES, C E-EF M			X	X	X					X
UMUARAMA, C A E DE-E PROFIS				X	X					
ZILDA ARNS, C E DRA- EF M			X	X						X
Total do Município	0	0	18	14	11	1	1	4	4	12

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em setembro de 2012).

Tabela 6 - Totais de Escolas, Turmas e Matrículas de Rede Estadual no Município de Umuarama

E F ANOS FINAIS	Escolas	Turmas	Matrículas
Curso: Regular		185	4974
Total do Ensino		185	4974
ENSINO MEDIO			
Curso: Regular		103	3039
Curso: Integrado		17	459
Curso: Subsequente		20	476
Curso: PROEJA		3	35
Atividade Complementar: CELEM		40	765
Total do Ensino		183	4774
EJA FASE I 1/4			
Curso: Regular		2	2
Total do Ensino		2	2
EJA FASE II 5/8			
Curso: Regular		25	764
Total do Ensino		25	764
EJA ENS MEDIO			
Curso: Regular		22	647
Total do Ensino		22	647
EDUC ESPECIAL			
Curso: Regular		27	261
Total do Ensino		27	261
Total do Município		444	11422

Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (Consulta no site www.seed.pr.gov.br, em setembro de 2012).

O estudo detalhado dos números apresentados nas tabelas acima aponta para o potencial de inserção do IFPR na região. O número crescente de matrículas no ensino fundamental e médio, seja na rede estadual ou municipal, avilta a possibilidade de atuação do câmpus Umuarama no oferecimento de um ensino de qualidade tanto para estudantes interessados na formação técnica na forma integrada ao ensino médio, bem como na formação concomitante ou subsequente a esse. Ressalta-se o caráter de resgate que o IFPR assume quando proporciona a oportunidade de uma formação qualitativa para o cidadão preocupado com sua inserção no mundo do trabalho, que se encontrava afastado da escola.

O IFPR, Câmpus Umuarama, insere-se neste ambiente educacional como uma escola pública federal de qualidade, atendendo não apenas ao público do município sede, mas estendendo sua ação a todos os demais da região, oportunizando um leque ainda maior de opções de formação profissional aos habitantes, seja na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, como também nas modalidades subsequente, concomitante, cursos PROEJA, cursos FIC, e programas como o PRONATEC e Mulheres Mil.

Um dos grandes desafios do câmpus Umuarama é a formação integral e continuada dos seus estudantes, e para isso é indispensável que a escola seja um ambiente onde sejam trabalhados aspectos técnicos, sociais, psicológicos e de afetividade. Em atendimento a essas premissas, foram elaborados programas de extensão que englobam projetos de dança, rádio, cinema, teatro, educação ambiental, segurança do trabalho, solidariedade, atendimento e vendas, agroecologia, desenho, informática, entre outros.

Ao ingressar no IFPR - Câmpus Umuarama, o discente assimila dos componentes curriculares uma grande quantidade de informações técnico-científicas. Durante o curso, é favorecida a vivência de experiências profissionais pelos professores em aulas práticas e teóricas, executando trabalhos que servem como referência para uma avaliação qualitativa do aprendizado. Considerando-se a carga horária dos cursos e a dinâmica de sala de aula, esse conhecimento, muitas vezes, não possui sistematização suficiente para que o estudante tenha claro como irá utilizá-lo na sua vida profissional.

Essa dificuldade pode ser amenizada com a prática do estágio não obrigatório pelo estudante, que tem a oportunidade de colocar em prática o que aprendeu na sala de aula, e também a possibilidade de diminuir a distância entre o mundo do

trabalho e a vida estudantil. Constitui-se num conjunto de atividades que proporciona ao discente a participação em situações reais de vida e trabalho, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a empresas do setor público ou privado, sob responsabilidade e coordenação do IFPR.

Além disso, a oportunidade de participar do estágio não obrigatório oferece ao estudante outras vantagens, como: aprender ou aplicar na prática o que lhe foi ensinado teoricamente no curso; retornar para o curso a experiência adquirida durante o estágio, colaborando com informações úteis sobre a atividade profissional, bem como as novas demandas e necessidades de sua profissão; ter contato com novas técnicas, num treinamento prático de grande eficácia na sua profissão.

Na experiência de estágio não obrigatório do Câmpus Umuarama, a parte de gestão é controlada por institutos que têm convênios com o IFPR, tais como o Instituto Evaldo Lodi do Paraná (IEL), Fundação Cândido Garcia (CIUNEM) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Estas instituições possuem política própria de oferta e acompanhamento dos estagiários no acesso a vagas para o mundo do trabalho.

Entretanto, o suporte pedagógico é realizado pelo IFPR - Câmpus Umuarama através de visitas bimestrais "in loco" do coordenador do estágio junto com a pedagoga, para verificar o desenvolvimento do aluno junto à empresa campo de estágio. Um desafio que se impõe atualmente é a baixa procura por parte dos estudantes às vagas ofertadas pelos conveniados.

1.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CÂMPUS

1.2.1 Câmpus

O Câmpus Umuarama do IFPR encontra-se localizado às margens da rodovia PR-323, km 310, Parque Industrial, numa área de aproximadamente 65.000 m², com área construída de 3.000 m² (figura 3).

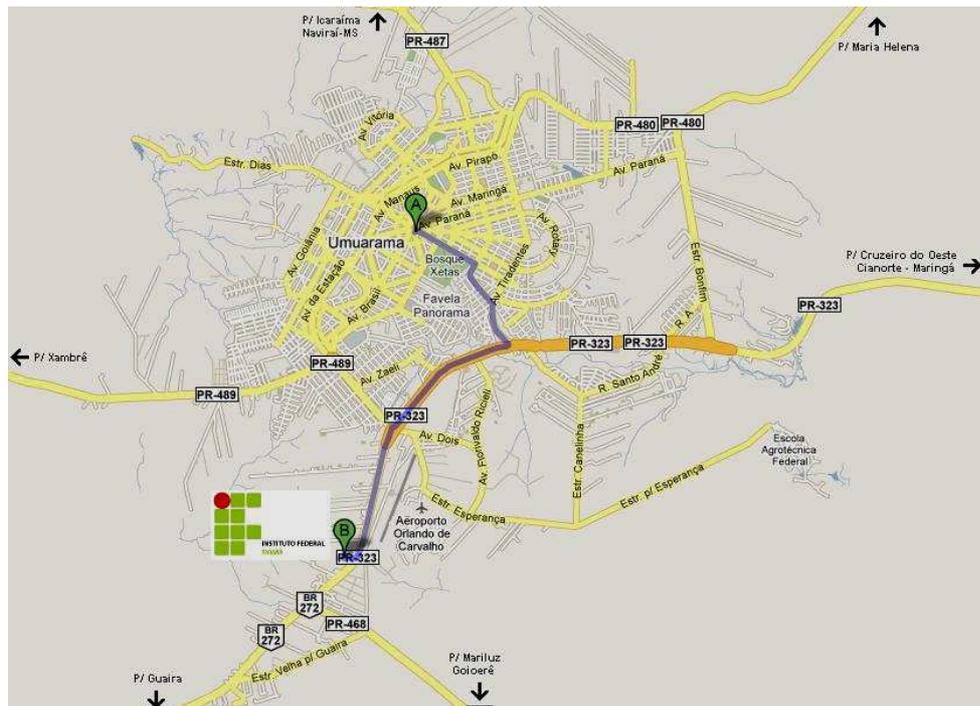


Figura 3 - Mapa de localização do câmpus Umuarama

1.2.2 Cursos, Níveis, Modalidades e Formas de Ensino

Desde sua criação, o Instituto Federal do Paraná, Câmpus Umuarama, ciente de seu papel de promover a educação enquanto política pública comprometida com a transformação da realidade local tem atuado de forma ampla, oportunizando diversas opções de cursos de educação profissional técnica de nível médio que busquem maior inclusão social e que sejam significativos à comunidade do município de da região.

Nesse intento, a implantação dos Cursos Técnicos de Nível Médio pelo Instituto Federal do Paraná, Câmpus Umuarama, possibilita que o Instituto dê sequência à missão para qual foi criado: disponibilizar educação profissional e tecnológica que abranja gradativamente os diferentes eixos de conhecimento necessários ao desenvolvimento multidisciplinar, atendendo às demandas emanadas do arranjo produtivo local, oportunizando condições de resgate social ao público estudantil regional, para o qual uma formação diferenciada proporciona espaços de inclusão e de desenvolvimento econômico e social através de uma efetiva formação para o mundo do trabalho.

Na sequência, apresentam-se os cursos ofertados e a organização curricular:

Tabela 7 - Curso Técnico em Açúcar e Alcool

Técnico em Açúcar e Alcool	
Eixo Tecnológico: Produção Industrial	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente
Tempo de duração do curso:	2 anos
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1360 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2011
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 8 - Curso Técnico em Agroecologia

Técnico em Agroecologia	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente/Concomitante
Tempo de duração do curso:	2 anos
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1360 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Subsequente: Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus. Concomitante: Estar regularmente matriculado no ensino médio e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus.
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 9 - Curso Técnico em Agronegócio

Técnico em Agronegócio	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente/Concomitante
Tempo de duração do curso:	2 anos
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1360 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Subsequente: Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus. Concomitante: Estar regularmente matriculado no ensino médio e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus.
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 10 - Curso Técnico em Controle Ambiental

Técnico em Controle Ambiental	
Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente
Tempo de duração do curso:	1 ano e 6 meses
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1020 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 11 - Curso Técnico em Desenho de Construção Civil

Técnico em Desenho de Construção Civil	
Eixo Tecnológico: Infraestrutura	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente
Tempo de duração do curso:	2 anos
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1360 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 12 - Curso Técnico em Design de Móveis

Técnico em Design de Móveis	
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente
Tempo de duração do curso:	1 ano e 6 meses
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1020 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 13 - Curso Técnico em Informática

Técnico em Informática	
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente/Concomitante
Tempo de duração do curso:	1 ano e 6 meses
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1020 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Subsequente: Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus. Concomitante: Estar regularmente matriculado no ensino médio e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus.
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 14 - Curso Técnico em Orientação Comunitária

Técnico em Orientação Comunitária	
Eixo Tecnológico: Apoio Educacional	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Subsequente
Tempo de duração do curso:	1 ano e 6 meses
Turno de oferta:	Noturno
Horário de oferta do curso:	19h00min às 22h40min
Carga horária Total:	1020 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2010
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino médio completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Módulo
Regime Escolar:	Semestral
Instituição Parceira:	Não possui

Tabela 15 - Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio

Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	
Nível:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Modalidade:	Presencial
Forma de Oferta:	Integrado
Tempo de duração do curso:	3 anos
Turno de oferta:	Integral
Horário de oferta do curso:	7h10min às 12h25min / 14h às 15h40m
Carga horária Total:	3215 h
Carga horária de estágio:	Não possui
Número máximo de vagas do curso:	40
Número mínimo de vagas do curso:	20
Ano de criação do curso:	2011
Requisitos de acesso ao curso:	Ensino fundamental completo e aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o câmpus
Tipo de Matrícula:	Serial
Regime Escolar:	Seriado
Instituição Parceira:	Não possui

Um dos grandes desafios dos cursos técnicos do IFPR - Câmpus Umuarama, sejam concomitantes, sejam subsequentes, é ainda o alto percentual de evasão.

Considerando que um estudante que se evade gera uma ocupação temporária de vaga, e que esta fica ociosa quando o mesmo a deixa, gera-se muito mais que custos à União, gera-se uma impossibilidade de outro estudante, de forma permanente, tenha acesso a uma educação de qualidade capaz de “libertá-lo socialmente”, dando a ele condições de se desenvolver como cidadão pleno de direitos e deveres, bem como ciente de sua humanidade e corresponsabilidade na construção de uma sociedade mais solidária.

O quadro 2 revela os dados de evasão concernentes ao ano de 2011, já tabulados.

Quadro 2 - Número de evasão 2011 (Câmpus Umuarama)

	Período letivo	Alunos sem evasão	Cancelamento	Trancamento	Desistentes	Reprovas	Transferência	% de evasão
AAL	1º módulo	40	3	0	10	0	1	52,5
	2º módulo	26	0	3	1	0	0	
	3º módulo	22	0	0	3	0	0	
	4º módulo	19						
AGE Cr	1º módulo	20	0	0	10	0	0	60,0
	2º módulo	10	0	0	2	0	0	
	3º módulo	8						
	4º módulo	8						
AGE Um	1º módulo	38	2	0	24	0	1	78,9
	2º módulo	11	0	1	0	0	2	
	3º módulo	8						
	4º módulo	8						
AGR	1º módulo	41	0	0	14	0	0	63,4
	2º módulo	27	0	0	0	0	0	
	3º módulo	27	1	1	4	6	0	
	4º módulo	15						
COA	1º módulo	40	2	1	22	1	0	67,5
	2º módulo	14	0	1	0	0	0	
	3º módulo	13						
DCC	1º módulo	40	1	0	12	0	0	52,5
	2º módulo	27	0	0	0	0	0	
	3º módulo	27	0	4	4	0	0	
	4º módulo	19						
DSM	1º módulo	40	0	0	12	2	0	60,0
	2º módulo	26	0	0	0	10	0	
	3º módulo	16	Formatura em 14 de setembro de 2012.					
INFN	1º módulo	41	2	0	19	1	0	61,0
	2º módulo	19	0	2	0	1	0	
	3º módulo	16	Formatura em 14 de setembro de 2012.					
INFV	1º módulo	31	2	0	12	1	2	58,1
	2º módulo	14	0	1	0	0	0	
	3º módulo	13	Formatura em 14 de setembro de 2012.					
ORC	1º módulo	37	7	0	14	1	0	64,9
	2º módulo	15	0	0	0	2	0	
	3º módulo	13	Formatura em 14 de setembro de 2012.					
Total		82	20	14	163	25	6	61,9

AAL: Açúcar e Álcool
 AGE: Agroecologia (Cruzeiro do Oeste ou Umuarama)
 AGR: Agronegócio
 COA: Controle Ambiental
 DCC: Desenho de Construção Civil
 DSM: Design de Móveis
 INF: Informática (turno vespertino ou noturno)
 ORC: Orientação Comunitária

O quadro 3 apresenta dados relativos ao percentual de evasão para as turmas com ingresso no ano de 2012 no câmpus Umuarama.

Quadro 3 - Número de evasão 2012 (Câmpus Umuarama)

	Período letivo	Alunos sem evasão	Cancelamento	Trancamento	Desistentes	Reprovas	Transferência	% de evasão
AAL	1º módulo	39	0	2	11	5	0	46,2
	2º módulo	21						
	3º módulo	21						
	4º módulo	21						
DCC	1º módulo	39	0	0	11	4	0	38,5
	2º módulo	24						
	3º módulo	24						
	4º módulo	24						
DSM	1º módulo	42	0	1	10	2	0	31,0
	2º módulo	29						
	3º módulo	29						
INFN	K módulo	38	0	1	12	2	0	39,5
	2º módulo	23						
	3º módulo	23						
ORC	1º módulo	37	0	0	15	1	0	43,2
	2º módulo	21						
	3º módulo	21						
	Total	118	0	4	59	14	0	39,7

AAL: Açúcar e Alcool
DCC: Desenho de Construção Civil
DSM: Design de Móveis
INFN: Informática (noturno)
ORC: Orientação Comunitária

Informalmente e por amostragem, o Câmpus tem buscado detectar as razões que levam os alunos a desistirem de estudar. Entretanto, sentiu-se a necessidade de acessar estes dados de modo sistemático e criterioso para traçar o perfil do estudante desistente. Partindo dessa perspectiva, está sendo desenvolvido, neste ano de 2012, um projeto que propõe o levantamento e estudo dos motivos determinantes da evasão no Câmpus de Umuarama e, por meio dos dados levantados, visa-se desenvolver propostas político-pedagógicas que colaborem com a construção de uma política institucional mais eficaz para a permanência desses discentes. O projeto será descrito no ato operacional deste projeto político pedagógico.

Quanto aos dados referentes ao curso de Química integrado ao ensino médio, conforme o Parecer CNE/CEB nº39/2004, "A instituição poderá adotar qualquer uma das três formas (de oferta do Ensino Médio) previstas no Decreto nº 5.154/2004. O decreto não obriga, portanto, por uma ou outra, cabendo à instituição de ensino, no uso de sua autonomia, decidir pela forma que melhor se coaduna com sua proposta político-pedagógica". Os dados levantados pelo câmpus Umuarama apontam para cerca de 50% de evasão nos cursos técnicos subsequentes ou concomitantes nos anos de 2010 e 2011. Em 2012 iniciaram-se as aulas da primeira turma do curso técnico integrado ao Ensino Médio no câmpus. A evasão neste curso se resume a transferências dos estudantes para outras instituições de ensino, o que não caracteriza evasão visto que estes estão prosseguindo seus estudos em outra instituição. Desta forma, o câmpus Umuarama entende que a oferta de cursos técnicos integrados vem de acordo com a demanda regional e atende os objetivos propostos no Termo de Acordos e Metas.

PROEJA

Outro grande desafio do Instituto Federal do Paraná, câmpus Umuarama, é a implantação da educação básica na modalidade de educação de Jovens e Adultos: PROEJA.

O Brasil apresenta histórico de alijamento das classes populares dos bancos escolares, como consequência o acesso, qualidade e permanência, são conceitos que estão presentes em todos os documentos que pautam as políticas públicas nacionais e permeiam toda a organização da escola enquanto instituição.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem investido na ampliação do acesso e os avanços são visíveis. No entanto, no que tange à qualidade e à permanência, o números mostram que há grande evasão. Basta que se observe o número de salas de aula dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio em relação aos primeiros anos do ensino fundamental.

Afastados da escola por muitos anos como consequência de uma estrutura social excludente, a experiência da década de 1990, resultante dos compromissos de cidadania assumidos na Constituição Federal de 1988, possibilitou aos jovens e adultos voltarem às escolas, para dar continuidade à escolarização e/ou reinserir-se no mercado de trabalho.

Tendo que retomar os estudos ao mesmo tempo em que permanecem trabalhando, essas pessoas, que carregadas de saberes construídos fora da escola, não encontravam nela muitas vezes eco para suas necessidades e sonhos, como também não encontram

possibilidades de resolver a multiplicidade de dificuldades como conciliar família, jornada de trabalho, distância, transporte, repetiam a história de evasão.

De acordo com dados de escolaridade apresentados pela PNAD / IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2003), apenas 13% da população completou os 11 anos de escolaridade básica. Assim, além de desqualificação para o mercado, há poucas chances de também interferir e transformar o mundo do trabalho por falta de autonomia intelectual, ética e política – ferramentas que a escola deve trabalhar.

Criado em 2005 e tornado em Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Modalidade EJA, o PROEJA, estende sua ampliação a todos os trabalhadores, independente do nível de ensino em que se encontrem, dando-lhe a função humanizadora.

Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL. Ministério da Educação, 2007, p.13).

Propondo-se romper com o processo de exclusão que leva diariamente milhares de jovens a abandonar os bancos escolares na busca de subempregos ou atraídos pela marginalidade, o PROEJA busca romper com esse ciclo, ao proporcionar uma formação que não conforme ao mercado do trabalho, mas possibilite campos de atuação profissional e capacidade de reflexão e atuação crítica sobre o mundo do trabalho e a vida.

Observadas as diretrizes da modalidade que se adéqua à realidade do jovem trabalhador – PROEJA - que se afastou dos bancos escolares, a organização do tempo dos cursos oferecidos deverá obedecer a uma carga horária total mínima de 2.400 horas, inserindo-se nesta a formação profissional.

Para pensar a oferta de cursos, o levantamento do perfil dos jovens trabalhadores de Umuarama e região bem como sua empregabilidade, serão considerados por meio de pesquisa e consulta à comunidade. No entanto, olhando para as possibilidades do câmpus e de sua equipe de trabalho, vislumbramos possibilidades por meio dos Cursos Técnicos de Design de Móveis e Orientação Comunitária, que atenderia respectivamente aos jovens trabalhadores recém-saídos da escola e o público mais adulto com um tempo maior fora da escola.

Este público, apresentando um perfil de tempo que não mais pode ser perdido, precisará de uma organização curricular, que no menor tempo possível lhe possibilite o

acesso, a permanência e o sucesso que precisa: voltar a estudar, reinserir-se com qualificação no mundo do trabalho e repensar sua vida e seu mundo.

1.2.3 Descrição da Infraestrutura do Câmpus

A infraestrutura atual do Câmpus Umuarama do Instituto Federal do Paraná está instalada em uma área de 7,7 hectares, sendo 3.500m² (três mil e quinhentos metros quadrados) de área construída, 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados) de espaço para estacionamento e o restante ainda por ser utilizado. O Câmpus possui três prédios que juntos compõem a seguinte estrutura:

- 15 salas de aula;
- 04 laboratórios de informática;
- 01 laboratório de química;
- 01 laboratório de física;
- 01 laboratório de biologia;
- 01 laboratório de maquetaria;
- 01 sala de desenho;
- 01 laboratório de marcenaria;
- 02 salas de Educação a Distância;
- 01 Sala de professores;
- 01 Biblioteca;
- 01 Sala de direção;
- 01 Sala para Secretaria, Direção de Ensino e Administrativa;
- 10 banheiros com acessibilidade;
- Estacionamento para 100 vagas;

Há a previsão de construção, em 2013, de mais 2.700m² (dois mil e setecentos metros quadrados) de área que abrigará biblioteca, sala de professores, salas de direção, salas de coordenação, espaço de convivência, praça de alimentação e miniauditório.

1.2.4 Orçamento Anual Previsto e Base Legal

A base legal dos recursos do orçamento destinados ao IFPR câmpus Umuarama é a Lei Orçamentária Anual-LOA 2011, 2012 e 2013 (quadro 4). Ressalta-se que em 2010, ano de implantação do câmpus, não havia um orçamento destinado e que todas as ações orçamentárias eram geridas pela reitoria.

Quadro 4 - Orçamento anual do câmpus Umuarama

Ano Base	Orçamento destinado ao Câmpus
2011	R\$ 1.605.737,00
2012	R\$ 1.893.986,24
2013	R\$ 2.087.602,00

1.2.5 Histórico do Câmpus

A população de Umuarama, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de 100.750 mil de habitantes. Nova avaliação parcial do censo de 2011, no entanto, conferiu, ao município, 102.430 mil habitantes, sendo a 17ª cidade mais populosa do estado. Tem, como principal atividade, a agropecuária de corte e a prestação de serviços.

Umuarama é também conhecida como a Capital da Amizade. A cidade é uma das principais do Paraná e polo da região de Entre Rios, com população estimada em aproximadamente 410.000 mil habitantes. Com o desenvolvimento, houve um crescimento das atividades comerciais e o aumento da população urbana.

A cidade de Umuarama ficou em terceiro lugar entre as cidades que mais geraram empregos no estado do Paraná no primeiro semestre de 2011, perdendo apenas para Curitiba e Ponta Grossa. Além do expressivo crescimento da construção civil, Umuarama também apresenta números econômicos consideráveis, tais como: segundo maior polo moveleiro do Paraná; maior produtor de carne do estado; centro universitário com mais de cem cursos; polo comercial e prestador de serviços.

Esse arranjo local, bem como sua localização geográfica permitiu que, a partir de 2009, fosse gestado o projeto de implantação de um câmpus do IFPR no município.

O Câmpus Umuarama (figura 4) iniciou suas atividades em maio de 2010 com três cursos técnicos e 160 estudantes. Atualmente, possui 414 estudantes matriculados em nove cursos técnicos presenciais: Açúcar e Álcool, Design de Móveis, Desenho da Construção Civil, Informática, Química, Orientação Comunitária, Controle Ambiental, Agronegócio e Agroecologia.



Figura 4 - IFPR câmpus Umuarama

O IFPR Câmpus Umuarama ainda atende outros 220 estudantes em cursos técnicos de Meio Ambiente, Administração, Eventos, Segurança do Trabalho, Logística, Reabilitação de Dependentes Químicos e um curso superior em Gestão Pública, ambos na modalidade educação a distância - EaD.

1.2.6 Caracterização Sociocultural e Econômica do Câmpus

O IFPR – Câmpus Umuarama é uma Instituição que possui vínculos relacionais tanto com o setor público quanto com o privado. Por meio de diversos

mecanismos de interação, estende sua competência nas atividades de ensino e extensão à comunidade, trazendo benefícios para todas as partes envolvidas.

Ao estudante, oferece-se uma série de oportunidades para complementar, consolidar e atualizar seus conhecimentos, vivenciando diretamente tanto o ambiente profissional e a sua futura área de atuação, como também atividades culturais. As empresas obtêm recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de suas atividades no mundo do trabalho, principalmente aquelas ligadas à tecnologia. Para a Comunidade, oferece a oportunidade de participação nos projetos de capacitação, formação, inclusão social, culturais, entre outros.

Essas práticas, por possuírem natureza acadêmica, constituem-se em uma ação mediadora do processo dialético entre teoria e prática. São capazes de ampliar a formação ou a qualificação profissional dos estudantes, pois funciona como via de interação com a sociedade, tanto para o IFPR – Câmpus Umuarama conhecer a realidade sociocultural, econômica e política de seu entorno quanto para a comunidade ter acesso ao saber produzido no e pelo Instituto.

Dentre os principais mecanismos de interação do IFPR – Câmpus Umuarama com as empresas e comunidade, destacam-se:

Núcleo Regional de Ensino de Umuarama

- Mostra de cursos

O objetivo da Mostra é oferecer informações à comunidade sobre os diversos cursos técnicos que serão oferecidos pelo IFPR. É uma oportunidade para que estudantes do Ensino Médio das escolas públicas e privadas, ou mesmo para quem já concluiu esse nível de estudo, possam obter esclarecimentos sobre o que será oferecido em termos de formação em cada curso, bem como as possibilidades de atuação profissional.

- IFSophia

É um projeto de pesquisa e extensão que tem por finalidade promover formação continuada para professores na área de filosofia. E também abre seu espaço à comunidade interessada em participar dos ciclos de estudos e dos seminários. O projeto visa aproximar a Filosofia do público por meio de ciclo de estudos e dos seminários, enfocando a compreensão das seguintes questões: ética, estética, política, trabalho, ciência e a tecnologia.

- Projeto IFPipoca

O objetivo do IFPipoca é a exibição de filmes de longa e curta metragem nacionais, locados da Programadora Brasil, que é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura. O pacote de filmes fornecido pela Programadora Brasil inclui 38 DVDs, com um filme de longa e um filme de curta metragem. Os filmes são exibidos no Centro Cultural Schubert, gratuitamente.

- Formação de professores

Pretende-se com este trabalho, aprofundar o conhecimento do corpo docente sobre Concepção Pedagógica Histórico-Crítica e o Trabalho do Professor em Sala de Aula. A oficina será desenvolvida com base na metodologia da concepção histórico-crítica, ou seja, haverá um equilíbrio entre teoria e prática, envolvendo os professores durante em todos os passos do método: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

UNIPAR

- Projeto IFPRádio

Conta com um programa semanal de 30 minutos sobre músicas flamencas, latinas, árabes, irlandesas, indígenas e músicas do mundo em geral. Antes das músicas, são feitos comentários sobre os ritmos, artistas, letras e curiosidades. Os programas são gravados, editados e exibidos pela Rádio Universitária Paranaense

RUP FM 107,7. O programa Arte Flamenca é apresentado nas quartas-feiras às 9 horas e reapresentado aos sábados.

- Simpósio SITIES

Simpósio IFPR de Tecnologia, Inovação, Educação e Software Livre, apoia e incentiva o desenvolvimento, pesquisa, aplicação e Inovação da área de Tecnologia e Informática utilizando ferramentas cuja filosofia seja Software Livre. Dentre os temas abordados estão: Sistemas Operacionais, Redes de Computadores, Design e Web Design, Ensino/Aprendizagem com Software Livre, Produtividade com Software Livre, Segurança em redes sem fio, Formato de documentos abertos, Programação e desenvolvimento de sistemas e Desenvolvimento de Jogos.

- Campo de Estágio para Estudantes de Psicologia

Estabelecimento de parceria para receber estudantes estagiários do curso de Psicologia da UNIPAR para desenvolverem no IFPR atividades de intervenções psicossociais em grupos, sobre concepções de gênero, bem como encaminhamento de estudantes do IFPR para atendimento clínico quando diagnosticado a necessidade de intervenção psicológica;

APP – Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Paraná

- Projeto Aplicação de conceitos higiênico-sanitários na alimentação escolar

O curso capacitou os participantes a receber, controlar estoques e armazenar alimentos, além de requalificar os profissionais que já atuam como manipuladores de alimentos, visando à melhoria da qualidade alimentar.

- Projeto Técnicas de reaproveitamento de alimentos

O curso proporcionou aos participantes a utilização de técnicas de reaproveitamento de alimentos, evitando o desperdício.

ACIU – Associação Comercial e Industrial de Umuarama

- Curso FIC de atendimento e vendas

Através desse curso, buscou-se propiciar aos estudantes-empresendedores a capacidade de tomar decisões, através de análise da articulação entre uma sólida base teórica e a capacidade de reflexão sobre a prática administrativa, de modo a conferir-lhes capacidade de atuar com autonomia e competência nessa área. Buscou-se proporcionar aos estudantes uma visão arrojada, dinâmica, viva e competitiva para atender os novos apelos e exigências do mercado, preparando profissionais oriundos de diversas áreas de formação para um atendimento com qualidade e tomarem decisões acertadas e exercerem funções relacionadas às vendas no mercado de varejo.

- FIC Qualificação em Design – Técnicas de Representação

Por ser um polo moveleiro do estado do Paraná, a qualificação de trabalhadores para esta indústria é uma necessidade constante no município de Umuarama e região. O IFPR, dentro de suas atribuições, vem atendendo a APL com cursos voltados para a área, capacitando o estudante a utilizar-se programa de computação gráfica bidimensional para projeto; aplicar a computação gráfica ao desenho técnico de móveis; conhecer as possibilidades da representação gráfica; conhecer os principais tipos de programa gráficos e operar programa do tipo CAD.

- FIC Marcenaria

A necessidade de mão de obra para esta indústria foi uma reivindicação do arranjo produtivo moveleiro local. O curso FIC de Marcenaria e Tapeçaria objetivou formar profissionais com conhecimentos básicos acerca da produção moveleira através da marcenaria e da tapeçaria. Para tanto, mostrou fatores humanos envolvidos na produção industrial, apresentou os materiais e ferramentas utilizados

na marcenaria, buscando satisfazer as necessidades do arranjo produtivo moveleiro local.

- Incubadora Tecnológica - INTEC

A entidade visa apoiar ideias empreendedoras e contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento de empresas urbanas e rurais nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos. Pretende promover o desenvolvimento institucional e contribuir para o desenvolvimento da tecnologia, da pesquisa e do ensino, através de cursos, palestras e seminários.

Prefeitura – Fundação Cultural

- Projeto Arte Flamenca

Esse projeto é desenvolvido no Centro Cultural Schubert, em parceria com a Fundação Cultural da Prefeitura Municipal de Umuarama. Consiste em aulas de dança flamenca para a comunidade em geral.

- Projeto Área de Forró

Este projeto está sendo desenvolvido junto à comunidade regional de Umuarama. Trata-se de um trabalho que visa levar aos cidadãos da região um pouco de arte e cultura brasileira, com a dança do Forró. As aulas de dança buscam a integração entre todas as pessoas envolvidas, trazendo à tona a capacitação e desenvolvimento humano e social.

- Projeto Dança do Ventre no IFPR

O projeto Dança do Ventre no IFPR leva ao conhecimento da população atividades artísticas e culturais que possibilitarão a democratização do saber, uma vez que a cidade de Umuarama apresenta lacunas em certas modalidades dessa área. O projeto pretende transformar a sociedade no sentido de seu desenvolvimento pleno, humanístico, social e cultural. Como a dança do ventre é

envolvente, as alunas aprendem sobre os aspectos teóricos com a professora e através de pesquisa em outras fontes.

- Projeto Desenhando na Escola

Esse projeto agrega projetos com a intenção de produção e difusão artística e cultural. Visa levar aos alunos, da educação infantil, técnicas iniciais de representação gráfica, despertando a aptidão artística e desenvolvendo a criatividade.

- Projeto Oficina de Animação

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de técnicas de animação. Foi desenvolvido nos laboratórios de informática do IFPR.

Secretaria de Assistência Social – Prefeitura de Umuarama

- Mulheres Mil

O Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Tem como meta a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental. O programa está sendo desenvolvido em duas comunidades em vulnerabilidade social, o Parque Industrial e o Parque Laranjeiras. A indicação dos bairros foi da Secretaria de Assistência Social, que é uma das parceiras do projeto no município devido à situação de vulnerabilidade social destas comunidades. Em Umuarama, este projeto ainda é firmado em parceria com o PROVOPAR (curso de panificação e confeitaria), com o SENAC (curso de manicure e pedicure) e também com o SEBRAE (curso de empreendedorismo).

Secretaria Municipal De Educação – Prefeitura de Umuarama

- Projeto Jogos educativos digitais

Tem como objetivo desenvolver o raciocínio lógico e a coordenação motora das crianças da educação infantil. Possibilita utilizar o computador como ferramenta de aprendizagem que amplia as possibilidades de informações, permitindo à criança, de forma lúdica, intensificar conteúdos e ampliar interações com outras áreas de conhecimento.

- Projeto Agroecologia para professores de ensino fundamental

O curso de extensão em Agroecologia para professores de ensino fundamental consiste em duas ações fundamentais. A primeira é a de fornecer fundamentação teórica sobre a atividade agroecológica. A segunda consiste na atividade dialogada e prática entre instrutores e participantes para a criação de ferramentas pedagógicas, as quais serão aplicadas em sala de aula, para desenvolvimento da agroecologia nas séries iniciais.

- Projeto Segurança e Meio Ambiente

O projeto está voltado para auxiliares de escolas públicas de Umuarama. Está estruturado em um curso de 10 horas, onde são abordados os temas de educação ambiental, higiene e segurança do trabalho, resíduos sólidos.

- Projeto Educação Ambiental para professores do ensino médio e fundamental

O curso é uma ampliação do curso de agroecologia para professores do ensino fundamental, ministrado aos professores do Município de Umuarama. Proporciona formação de ecologia básica, os aspectos culturais e educação ambiental nas escolas, técnicas de representação artística do meio ambiente, técnicas de produção de textos jornalísticos, o estudo de problemas ambientais regionais e mundiais e a pedagogia aplicada a projetos de educação ambiental:

Maquete Ambiental Itinerante: maquete ambiental montada em espaços públicos;
Oficina de Maquetes: construção de maquetes de temas diversos com as escolas municipais para serem apresentados no Desfile Cívico do Aniversário de Umuarama;
Oficina de educação ambiental: palestras e oficinas visando promover a educação ambiental dentro e fora do espaço escolar; *E-lixo*: recolhimento de lixo eletrônico e reciclagem de equipamentos de informática.

1.2.7 Contextualização da realidade escolar do câmpus

1.2.7.1 Formas de acesso

No IFPR – Câmpus Umuarama, o ingresso de estudantes nos cursos regulares de Educação Profissional Técnica de Nível Médio segue o procedimento padrão regulado por edital específico do IFPR.

1.2.7.2 Programas de apoio pedagógico

A equipe de ensino do câmpus Umuarama conta hoje com a atuação da direção de ensino, coordenação, duas pedagogas e dois técnicos em assuntos educacionais que, constantemente reunidos, discutem e respondem, pautados nas orientações educacionais e legislação vigente, as melhores formas de conduzir o andamento do trabalho pedagógico.

Por meio de reuniões semanais, definidas junto à direção geral, a equipe responde às demandas ordinárias de:

- Discussão e construção do Projeto Político Pedagógico por meio de estudos de textos;
- Organização para contato com a comunidade e divulgação do trabalho da instituição;
- Propostas e programação de cursos de extensão e possibilidades de ofertas de cursos técnicos e licenciaturas;

- Acompanhamento de demandas dos estudantes relativas às dificuldades de acesso e permanência na instituição motivadas por questões de transporte e dificuldades de aprendizagem.

A discussão sobre aprendizagem e metodologias de ensino motivou a criação de um grupo de estudos, que partindo do estudo das linhas pedagógicas (tradicional, escola nova, tecnicista, construtivista e progressista) abordará questões pontuais como avaliação. Os professores são convidados a participar desse grupo que se reúne semanalmente para os estudos.

As questões levantadas e discutidas no coletivo pedagógico, profissionais e estudantes, pautam a preparação das reflexões que devem ser feitas na semana pedagógica, como por exemplo, planejamento, importância e processo de conselho de classe, educação especial e inclusão, ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, avaliação. Para abordar às diferentes questões que surgem contamos com profissionais do próprio quadro do câmpus, profissionais da reitoria e da rede estadual de ensino, com a qual estabelecemos parceria recebendo e enviando profissionais que colaborem reciprocamente no processo de formação pedagógica.

Outra ação adotada e que já surte resultados importantes no acompanhamento do trabalho pedagógico é a realização de pré-conselhos de classe, ocasião em que a pedagoga reúne-se com os estudantes ouvindo seus elogios, críticas e autocríticas, sugestões e dificuldades em relação à instituição, ao curso e às unidades curriculares. Essas ações de pré-conselho têm colaborado no trabalho de avaliação do grupo de professores e da equipe de ensino, realimentando ou revisando objetivos. Como no câmpus há uma programação mensal de reunião de colegiado, e reuniões extraordinárias sempre que os coordenadores de curso sintam esta necessidade, temos tido condições de acompanhar e responder às situações ainda em processo.

Pudemos perceber que a avaliação feita pelo grupo de professores e pelos estudantes, via de regra, apresentam coerência nas análises. Assim, ao chegarmos ao Conselho de Classe, muitas das situações de dificuldades detectadas já podem estar sendo encaminhadas e resolvidas por ações pontuais, como atendimento ao aluno ou oferta de oficinas (ensino médio), por exemplo.

1.2.7.3 Organização Estudantil

A cada novo período letivo, acontece a orientação para a eleição de líderes de turma, incentivando a organização estudantil e participação em discussões que afetam diretamente o cotidiano e a aprendizagem dos estudantes.

Esses representantes são os elos da instituição com as turmas e cursos, mantendo-os informados da política de assistência estudantil, das regulamentações da instituição, das orientações gerais em relação à rotina acadêmica, como também são portadores das demandas apresentadas pelas turmas.

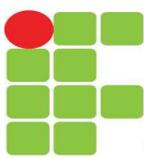
Por meio dessas lideranças, também foi possível organizar a participação dos estudantes nos trabalhos fundamentais de elaboração do projeto político pedagógico.

Na turma de ensino médio já foi possível iniciar, neste ano de 2012, a participação de duas lideranças da turma em reunião de conselho de classe. Os estudantes puderam acompanhar a avaliação dos professores quanto à produção da turma, conduta, dificuldades em relação a pré-requisitos, opinando e sugerindo questões para a melhoria no processo de ensino aprendizagem. O ideal a ser alcançado é que nas turmas dos cursos técnicos subsequentes as lideranças também possam atuar da mesma forma. As dificuldades estão em reunir professores e estudantes em horários distintos do horário de aula.

No processo de ampliação do Câmpus, há planejamento de estrutura física com espaço próprio para a organização estudantil, garantindo condições para o desenvolvimento de atividades próprias de política discente. Corroborando que, neste ano, encontra-se em execução um projeto PBIS para formação de um Grêmio Estudantil no câmpus, aproximando ainda mais os estudantes da equipe de ensino.

1.2.7.4 Programas de Bolsas Estudantis

A Assistência Estudantil é uma atividade desenvolvida nos diversos câmpus do IFPR com o objetivo de democratizar o acesso, garantir a permanência e o êxito



no processo formativo do estudante. Nesse sentido, diversas modalidades de bolsas e auxílios foram sendo disponibilizados ao corpo discente pela Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais - DAES.

No ano de 2010, no câmpus de Umuarama, a Assistência Estudantil se restringiu a implementar o Programa de Bolsa de Inclusão Social (PBIS). Apenas uma proposta acadêmica foi apresentada e quatro discentes foram selecionados no Câmpus.

Já em 2011, além do PBIS, a Assistência Estudantil também ofertou o Programa de Eventos Estudantis. O Câmpus Umuarama participou apenas do PBIS e dez propostas acadêmicas foram selecionadas, beneficiando 18 estudantes. A avaliação é que os bolsistas motivados pelo apoio econômico não desistiram do curso, mas não impediu que três deles ficassem retidos no módulo em que estavam matriculados.

Em 2012, a DAES ampliou o Programa de Assistência Estudantil. Além dos Programas já mencionados, ofereceu também o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE) que beneficiará o estudante com transporte, alimentação e moradia.

Para o PBIS, foram apresentadas 16 (dezesesseis) propostas acadêmicas e treze delas 13 (treze) foram aprovadas. Com relação aos estudantes, 94 (noventa e quatro) fizeram as inscrições e 32 (trinta e dois) foram selecionados e distribuídos nas propostas acadêmicas e desempenharão atividades numa carga horária de 12 (doze) horas semanais.

1.2.7.5 Estímulos à permanência discente

NAPNE

O NAPNE, Núcleo de Apoio a Pessoa com Necessidades Especiais, objetiva criar na instituição a cultura da “educação para convivência e aceitação da diversidade” como também facilitar o desenvolvimento das atividades acadêmicas por intermédio da implantação de políticas para o atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

A criação do NAPNE atende ao capítulo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, bem como ao Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. Este núcleo faz parte do programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP), por portaria da Direção. Esse programa vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), sendo responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão.

No Câmpus de Umuarama, as atividades desenvolvidas pelo NAPNE, durante os meses de março e abril de 2012 foram:

- Levantamento dos estudantes que apresentam necessidades especiais;
- Entrevistas com os estudantes que declararam algum tipo de necessidade especial;
- Escuta e orientação a estudantes do IFPR – Câmpus Umuarama, com filhos deficientes;
- Encaminhamentos de estudantes para atendimento psicológico e fonoaudiológico;
- Estabelecimento de parceria com a UNIPAR (Universidade Paranaense), para atendimentos psicoterápicos para os estudantes;
- Publicação de informações sobre deficiências através de cartazes nos ambientes do Instituto;
- Realização de palestras de sensibilização sobre a inclusão de estudantes com deficiência, visando preparação dos profissionais para a convivência e trabalho com as pessoas especiais.
- Realização de palestra e vivências sobre deficiência visual com professores e funcionários do instituto;
- Contatos com secretaria de saúde para encaminhamento de estudantes para consulta oftalmológica;
- Contato CESUMAR (Centro Universitário de Maringá) setor de fonoaudiologia para receber informações a respeito de estudantes com deficiência auditiva.
- Realização de palestra de Prevenção das Deficiências, no programa Mulheres Mil;

Portanto, este Instituto está investindo em ações voltadas ao atendimento às pessoas com necessidades especiais orientando os profissionais no intuito de oferecer educação de qualidade. Para cada situação, são consideradas as condições gerais e condições específicas de acessibilidade de apoio pedagógico adequadas. Ações como criar espaços inclusivos, removendo as barreiras para a aprendizagem, promovendo uma equiparação de oportunidades, são vitais para o processo inclusivo, no qual a escola torna-se acessível, possibilitando a todos desfrutar das mesmas oportunidades em educação, trabalho, habitação, lazer e cultura.

Escuta Pedagógica

A partir da indicação de professores, ou da procura do próprio estudante, é disponibilizado a este um atendimento de escuta pedagógica.

O serviço prestado consiste em atendimentos individualizados nos quais a pedagoga ouve as queixas e as necessidades dos educandos, orientando-os, e presta os encaminhamentos necessários, seja ao coordenador de curso, seja aos pais. Todo o trabalho é registrado, compondo uma memória dos atendimentos pedagógicos.

Serve também de apoio ao NAPNE, como serviço de orientação às adequações curriculares, orientando aos professores os procedimentos necessários de acordo com as necessidades específicas de cada estudante.

Tutoria e Atendimento ao Estudante

Ao receber o estudante, oriundo de inúmeras realidades socioeconômicas e níveis de aprendizado, a instituição deve portar-se de forma a diagnosticar as dificuldades e potencialidades dos estudantes colaborando em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Neste sentido, o professor em horários reservados ao atendimento ao estudante, pode reconhecer as especificidades da aprendizagem do mesmo, orientando-o quanto à organização para os estudos paralelos às aulas, indicar bibliografias e/ou atividades que possam melhorar seu desempenho.

Com um grande público de alunos trabalhadores e proveniente de cidades vizinhas, infelizmente poucos conseguem usufruir desses atendimentos, mesmo oferecendo-os em horários próximos ao início das aulas. Nestes casos, o professor pode dar rápidas orientações em horários paralelos e encaminhar proposta de estudos (plano individualizado de estudos) visando dirimir dúvidas e minimizar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

No caso do ensino médio, o Câmpus Umuarama empreende uma política de oficinas em contraturno de todas as unidades curriculares, a serem ofertadas durante o ano, iniciando pelas áreas de língua portuguesa e matemática. Além de intensificação das áreas de estudo, o contraturno deve possibilitar a realização de projetos e o trabalho de interdisciplinaridade, essenciais à construção da autonomia de estudos cultura de pesquisa que se deve desenvolver.

Outra ação iniciada já com a ciência dos pais, são os atendimentos em tutoria – horários em que o professor realiza o acompanhamento mais individualizado e programado para dirimir as dificuldades que o estudante estiver apresentando. As experiências em andamento dão mostras de resultados positivos, motivo pelo qual se firmou com os pais compromisso obrigatório de participação àqueles discentes que o professor convoca, orienta, instrui e acompanha sua produção.

Ações como estas, além de aproximar o estudante dos estudos e da instituição, traz o retorno de um processo educacional completo: a formação de um profissional preparado para sua profissão, um cidadão autônomo e, portanto, consciente de seu papel na sociedade, além de um ser humano sensível ao outro porque recebeu este tratamento.

1.2.8 Equipe Pedagógica: atribuições e funções

A Equipe de Ensino do IFPR Câmpus Umuarama é composta pelo Diretor de Ensino, Coordenador de Ensino, Coordenador de Pesquisa e Extensão, assessorado pelo Coordenador do COPE, um Pedagogo, dois Técnicos em Assuntos Educacionais.

A equipe é responsável pela organização didático-pedagógica do Câmpus, bem como pela formação continuada do corpo docente e atendimento acadêmico ao discente, seja na secretaria acadêmica, seja na política de assistência estudantil.

Como formação continuada, são realizadas reuniões pedagógicas semanais, nas quais todo o corpo docente e técnico interage nas discussões pertinentes ao cotidiano escolar do campus, planejamento da instituição, deliberações, e tomadas de decisão de forma democrática.

A necessidade de formação específica e imediata do professor do IFPR Câmpus Umuarama, principalmente àqueles não licenciados e sem experiência, oportunizou a criação de um grupo de estudos pedagógicos, visando colaborar na construção de um perfil ação-reflexão-ação, norteador da práxis docente.

As informações decorrentes dos cursos de formação, bem como dos eventos nos quais a equipe pedagógica participa, são repassadas e discutidas com todo o grupo docente, proporcionando um canal aberto de diálogo e interação com a Reitoria e os demais Câmpus.

A gestão democrática do IFPR Câmpus Umuarama é soberana na construção dos documentos norteadores das políticas educacionais vigentes. Prova disto é a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Todo o processo está sendo colaborativo, subsidiado por fundamentação teórica, discutido tanto no âmbito docente como no discente, com participação dos pais, e membros da sociedade, compondo os parâmetros norteadores deste documento.

1.2.9 Organograma Institucional

Encerrando o marco situacional deste Projeto Político Pedagógico, apresentamos alguns dados referentes à organização estrutural do câmpus Umuarama nestes dois anos de atuação na região.

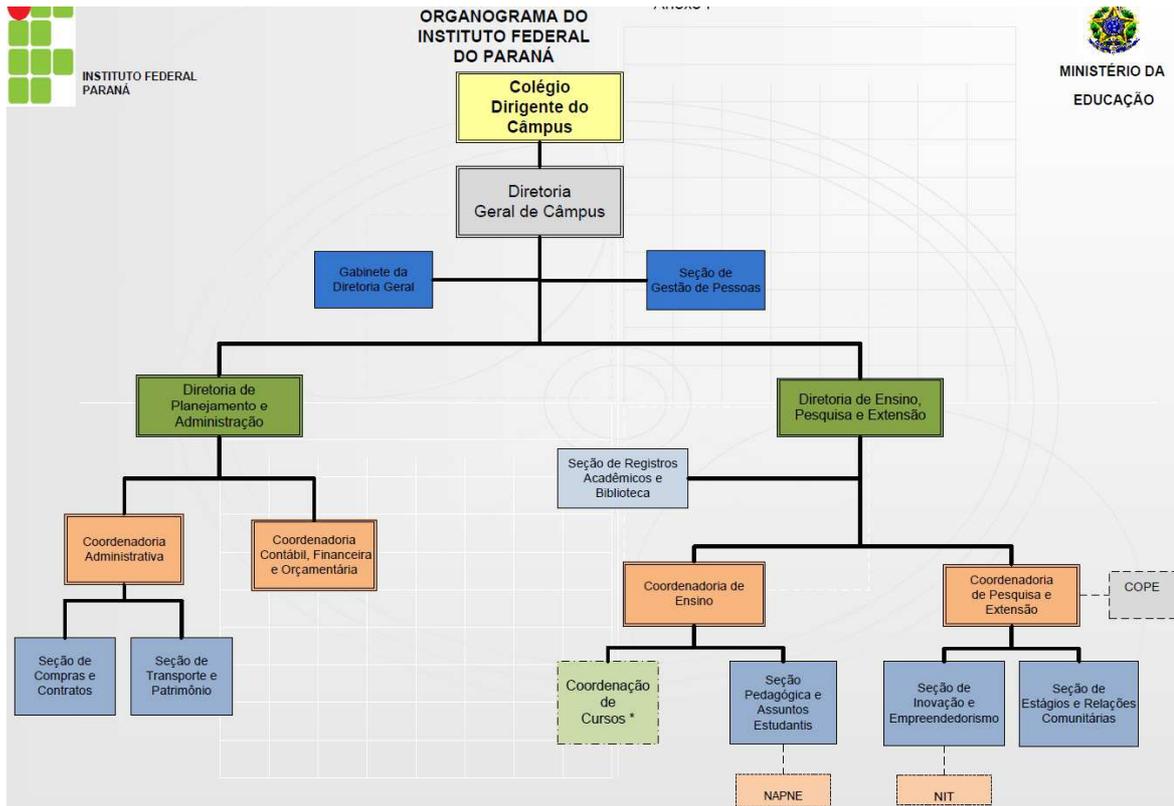


Figura 5 - Organograma do IFPR Câmpus Umuarama, modalidade presencial

1.2.10 Número de servidores Técnico-administrativos

Quadro 5 - Número de servidores técnico-administrativos (2010)

Função	Ensino Médio	Graduação (em curso)	Superior completo	Pós-graduação	Total
Auxiliar de Biblioteca	01	-	-	-	01
Assistente em administração	-	01	-	-	01
Técnico em Contabilidade	01	-	-	-	01
Administrador	-	-	-	01	01
Contador	-	-	-	01	01
Pedagogo	-	-	-	01	01
Técnico em assuntos educacionais	-	-	-	01	01

Quadro 6 - Número de servidores técnico-administrativos (2012)

Função	Ensino Médio	Graduação (em curso)	Superior completo	Pós-graduação	Total
Auxiliar de Biblioteca	-	01	-	-	01
Assistente em administração	-	01	04	-	05
Técnico em Contabilidade	-	-	-	-	-
Administrador	-	-	-	-	-
Contador	-	-	-	01	01
Pedagogo	-	-	-	01	01
Técnico em Assuntos Educacionais	-	-	-	02	02
Bibliotecário	-	-	-	01	01

1.2.11 Funcionários Terceirizados – Formação e Função

Quadro 7 - Número de funcionários terceirizados (2012)

Função	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação (em curso)	Superior completo	Pós-graduação	Total
Motorista						1
Segurança						4
Limpeza						4
Cantina						2

1.2.12 Número de Docentes

Quadro 8 - Número de docentes (2010)

Atuação Profissional: Cursos	Número de professores
Técnico em Agronegócio	5
Técnico em Design de Móveis	5
Técnico em Informática	4
Total de Professores	14

Quadro 9 - Número de docentes (2012)

Atuação Profissional: Cursos	Número de professores
Técnico em Açúcar e Alcool	13
Técnico em Agroecologia	6
Técnico em Agronegócio	5
Técnico em Controle Ambiental	6
Técnico em Desenho de Construção Civil	6
Técnico em Design de Móveis	9
Técnico em Informática	7
Técnico em Orientação Comunitária	11
Técnico em Química integrado ao ensino médio	15
Total de professores	32

1.2.13 Formação Acadêmica dos Docentes

Quadro 10 - Formação acadêmica dos docentes (2010)

Docentes	Graduação sem licenciatura	Graduação com licenciatura	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
01	01	-	-	-	-	-	01
01	-	-	01	-	-	-	01
01	-	-	-	01	-	-	01
06	-	-	-	-	06	-	06
02	-	-	-	-	-	02	02

Quadro 11 - Formação acadêmica dos docentes (2012)

Docentes	Graduação sem licenciatura	Graduação com licenciatura	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
01	01	-	-	-	-	-	01
01	-	-	01	-	-	-	01
08	-	-	-	10	-	-	08
13	-	-	-	-	13	-	13
08	-	-	-	-	-	08	08

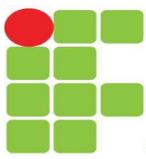
1.2.14 Número de Alunos

Quadro 12 – Número de alunos (2010)

Cursos - séries	Número de turmas	Número de alunos	Período			Total
			Mat	Vesp	Not	
Técnico em Agronegócio	01	40	40	-	-	40
Técnico em Design de Móveis	01	40	-	-	40	40
Técnico em Informática	02	80	40	-	40	80

Quadro 13 – Número de alunos (2012)

Cursos - séries	Número de turmas	Número de alunos	Período			Total
			Mat	Vesp	Not	
Técnico em Açúcar e Alcool	02	61	-	-	61	61
Técnico em Agroecologia	02	20	-	11	9	20
Técnico em Agronegócio	01	25	-	-	25	25
Técnico em Controle Ambiental	01	14	-	-	14	14
Técnico em Desenho de Construção Civil	02	63	-	-	63	63
Técnico em Design de Móveis	02	68	-	-	68	68
Técnico em Informática	03	69	-	13	56	69
Técnico em Orientação Comunitária	02	54	-	-	54	54
Técnico em Química integrado ao ensino médio	01	40	40	-	-	40



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

2. ATO CONCEITUAL

O Ato Conceitual equivale aos princípios norteadores do ideal geral da instituição escolar, que fundamenta a proposta de sociedade, pessoa e educação assumida pelo grupo que compõe a equipe escolar e sua comunidade. Embora toda educação se baseie numa visão de homem e de sociedade, nem sempre as escolas explicitam ou discutem consciente e intencionalmente as concepções subjacentes às suas práticas. O processo de elaboração do Ato Conceitual dá esta oportunidade tanto de explicitação, quanto de debate e busca de um consenso mínimo em torno de conteúdos epistemológicos, éticos, políticos-pedagógicos, metodológicos. Neste ato, serão apresentados alguns dos pressupostos teóricos de suporte às políticas institucionais, como a concepção de educação, currículo.

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O ser humano se constitui numa trama de relações sociais, como um ser ativo, social, histórico e crítico na medida em que ele adquire o seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vive, produz consome e sobrevive.

[...] isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar, é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. (Saviani, 1997, p.11).

Nesse processo de transformação, envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência dessas, produz conhecimentos que são transmitidos de geração a geração. A transmissão dessas experiências e conhecimentos se dá por meio da educação e da cultura. Ao modificar a natureza, o homem modifica e altera a si mesmo e nesse sentido precisa entender o trabalho como ação intencional, do homem em suas relações sociais, dentro da sociedade capitalista, na produção de bens. Assim, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranquila, já que está impregnado de relações de poder.

A sociedade em que vivemos estrutura-se em classes, com diferentes ideologias, histórias e culturas. Uma sociedade capitalista, na qual a maioria dos indivíduos não tem acesso ao desenvolvimento tendo poucas oportunidades sobre a ação social, passou a viver profundas transformações causadas, especialmente, pelas enormes inovações que começaram a surgir, tais como as novas tecnologias.

O acesso a esse novo processo de informações propiciou que mudanças acontecessem na sociedade em geral, entretanto, questões de suma importância permaneceram intactas, como o aumento desenfreado do desemprego que se cristalizou mundialmente e o número de pessoas que vivem bem abaixo do nível de pobreza. Além disso, avolumou-se a instabilidade emocional da maioria da população devido ao temor que tomou conta dos indivíduos de se tornarem também excluídos e de sofrerem perda ou redução do poder aquisitivo.

As condições econômicas em uma sociedade baseada na propriedade privada resultam em grupos com interesses conflitantes, com possibilidades diferentes no interior da sociedade, ou seja, resultam num conflito entre classes. Em qualquer sociedade onde existam relações que envolvem interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças e as que predominam são aquelas que representam os interesses do grupo dominante.

Considerando a missão do IFPR, há necessidade de se produzir ideias que representem a realidade de ponto de vista de outros grupos que reflitam a possibilidade de transformação das práticas sociais excludentes, oriundas do capitalismo, e que figurem como possibilidades de resgate social e de promoção humana integral.

Para esta nova sociedade, faz-se necessário efetivar ações que contribuam para o pleno desenvolvimento do sujeito de forma a torná-lo consciente e esclarecido, que tenha conhecimento do seu processo histórico-cultural e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos não são naturais, mas sim construídas historicamente. Enfim, uma sociedade que busca construir oportunidades de participação efetiva de todos os indivíduos que a compõem, e que combata o individualismo que gera conformismo e a exclusão.

O conhecimento humano, em suas diferentes formas, senso comum, científico, tecnológico, filosófico, estético, exprime as condições materiais de um dado momento histórico. Esse conhecimento é influenciado pelo modo de produção, gerando uma concepção de homem, ideologia, cultura e sociedade.

Na sociedade capitalista, o conhecimento científico é produzido de forma desigual, estando a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais da classe dominante, não atingindo a totalidade da população. Nesse sentido, a ciência não é neutra, ela é produzida em torno de discordâncias e disputas que são percebidas no processo histórico, que ora reproduz o sistema ideológico vigente, ora pode transformá-lo.

Esse processo dialético efetiva-se por intermédio de uma educação voltada à transformação social, essa libertadora, crítica e humanitária, que oportuniza ao educando um conhecimento científico, político e cultural, visando formar um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, preparado para a vida. Culturalmente, essa função cabe à escola.

A escola é instrumento de apropriação do saber e esse é o melhor serviço que se presta aos interesses da comunidade, já que pode minimizar a seletividade social e torná-la democrática. Como parte integrante do corpo social, a escola deve agir dentro dele e gerar transformação. Nesse sentido, a educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho.

[...] a escola tem uma função específica educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar. (Saviani, 1997, p.114).

Também é um espaço privilegiado de ensino e aprendizagem, lugar de efetivar o conhecimento sistematizado, oportunizando o espaço físico adequado e contribuindo para que aconteça um ensino de forma prazerosa e dinâmica, com possibilidade de crescimento humano nas relações interpessoais.

A escola tem a função social de garantir o acesso aos saberes científicos produzidos pela humanidade e permitir que os estudantes desvelem a realidade. Esse processo é indispensável para que não apenas conheçam e saibam o mundo em que vivem, mas com isso saibam nele atuar e transformá-lo através do trabalho. O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, o conhecimento mediador, num

processo ação-reflexão-ação simultaneamente, possibilitando a transformação social.

A educação para o trabalho, nessa perspectiva emancipadora progressista, figura como ciência transformadora e, a escola, como ambiente propício para a compreensão do trabalho como um princípio educativo.

Esse contexto permite a compreensão que a educação profissional é muito mais que a mera preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Efetiva-se como mecanismo de conhecimento ontológico, ao passo que o homem produz sua própria existência inter-relacional geradora de conhecimentos, e também histórico, sob o ponto de vista capitalista de produção econômica.

A política pública do IFPR direciona-se ao desenvolvimento local e regional, pois tem como princípio norteador uma formação profissional difusora do conhecimento científico e tecnológico que dê suporte aos arranjos físicos locais, sociais e culturais dos polos nos quais esteja implantado, como a realidade do município de Umuarama.

Uma das grandes expressões econômicas do município é a pecuária de corte, com áreas de pastagem bastante degradadas, fato que justifica a oferta de cursos como os de Agronegócio, Controle Ambiental e Agroecologia. A existência de várias usinas de processamento de cana-de-açúcar e um tipo de solo que apresenta condições propícias ao cultivo desta cultura geram demandas profissionais específicas; daí a oferta do curso de Açúcar e Álcool bem como o Técnico em Química integrado ao ensino médio. A cidade também é polo moveleiro e há forte desenvolvimento da construção civil, razões que justificam o curso de Design de Móveis e Desenho de Construção Civil.

Outra característica importante é a existência de grande número de associações, entidades e cooperativas, o que se traduz na necessidade de profissionais de Orientação Comunitária, o único curso de nível técnico na área de Ciências Humanas em oferta na Rede Federal de Educação Profissional. O curso de Informática perpassa por todos os segmentos citados, pois figura como ferramenta imprescindível para o desenvolvimento e organização do setor econômico contemporâneo.

Partindo dessa situação, a oferta de um processo educativo que contribua com o desenvolvimento da região se efetiva como um dos objetivos principais do IFPR e que o estudo das condições locais como meio de detectar as

potencialidades, vocações e necessidades é pertinente como meio de canalizar os esforços e investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento profissional e humano de Umuarama.

Concebendo-se o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, o IFPR Câmpus Umuarama oportuniza condições de resgate social ao público estudantil regional, para o qual uma formação diferenciada proporciona espaços de inclusão e de desenvolvimento econômico e social através de uma efetiva formação para o mundo do trabalho.

2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Pode-se observar que o professor é uma das profissões em que, ultimamente, mais se tem colocado a responsabilidade pelos rumos da sociedade. Basta assistir aos noticiários, ler jornais ou revistas que está muito claro o papel de redenção da educação e de definidor dos rumos sociais do professor.

Em um momento histórico em que a sociedade busca seus rumos, em busca de um futuro incerto, é o professor colocado como principal agente, responsável por ensinar os valores tradicionais e éticos do passado, e, ao mesmo tempo, possibilitar a seus estudantes a especificidade de suas áreas, a interdisciplinaridade, o empreendedorismo (inclusive na área da educação, ou seja, o “aprender a aprender”). Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que ao professor cabe tal fardo, pode-se ouvir facilmente dos docentes a falta de valorização, inclusive salarial, e de falta de oportunidades de capacitação.

Tal situação tem sua origem no fato que a sociedade repudia constantemente a visão do ser humano como um ser histórico, e que a sociedade é dividida em classes sociais e que o atual sistema de produção, distribuição e consumo de bens, o capitalismo, implica na distribuição desigual das riquezas produzidas.

Tal desigualdade, nos últimos anos tem se tornado cada vez mais evidente e preocupante, uma vez que a acumulação de bens em uma parcela cada vez mais diminuta da população mundial ameaça cada vez mais a maioria que se vê pauperizada e sem rumos. Para a manutenção deste sistema, exige-se que o homem seja destituído de sua história e de seu papel social, uma vez que são estes que possibilitam a consciência de sua humanidade e que toda transformação social

é possível a partir da formação desta consciência. Desta forma, o docente não pode ser destituído de seu papel de sujeito histórico e formador.

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado.

Logo, coloca-se como objetivo a formação de um professor com sólida preparação técnico-científica e formação geral, capacitado para desenvolver novas tecnologias e absorvê-las, como também capaz de estimular a visão crítica do discente.

Entretanto, para que esta visão crítica de mundo seja estimulada, é primordial em cursos técnicos e tecnológicos evitar-se a fragmentação do currículo. Sobre isso, devemos levar em conta a importância da interdisciplinaridade, conforme comentam Siqueira e Pereira (1995).

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido, reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.

Continuando o raciocínio de Siqueira e Pereira (1995) o profissional do ensino também deve saber aproveitar os conhecimentos dos discentes, a fim de aproveitar os saberes e conhecimentos “por eles produzidos, criados, construídos reproduzidos e repassados”, sem perder de vista as disciplinas e o seu corpo de conhecimento historicamente acumulado, conforme também comenta Mazzeu (1998).

De acordo com Kuenzer (2008), no livro *Educação Superior em Debate*, “deveria haver vinculação entre a licenciatura e a formação técnica de nível médio, seja de nível médio integrado ou técnico concomitante ou sequencial, mas com alguma direção para a área que ensinará.” Assim, do mesmo modo que o bacharel sem formação pedagógica tem dificuldades para lecionar, o licenciado sem preparo para o ensino técnico e tecnológico sofre da mesma forma.

Devemos também levar em conta os fatores criados pela legislação e a sua relação com a formação dos professores. Esta influencia tanto o caráter remuneratório, de acordo com a qualificação do professor, causando discrepâncias

entre profissionais que atuam em um mesmo nível de ensino, quanto a avaliação dos próprios cursos e suas pontuações junto às estâncias superiores.

A partir dos estudos da epistemologia genética, realizados por Piaget, é praticamente consenso nas teorias atuais que o docente deve permitir que o estudante participe da construção do seu saber, a partir da realidade na qual se encontra (SILVA, 2008).

Analisando-se a partir da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, a “ferramenta do trabalho do professor é o conhecimento” (SILVA, 2008), desta forma faz-se primordial que o docente aproprie-se do melhor já produzido pelo gênio humano e o transfira a seus alunos. Além disso, não se pode conceber a educação apenas como uma ferramenta pela qual o estudante compreende a realidade e se adapte a ela, mas deve-se concebê-la de forma que o discente possa não ser apenas capaz de compreender a realidade, mas também de transformá-la, como aponta Ramos (2003).

Outro desafio para a formação continuada dos professores é assimilar e lidar com o conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado no ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os estudantes.

Para que seja garantida a igualdade, na diferença, tem que se considerar os segmentos da população que, historicamente, estão à margem da sociedade e que sofrem preconceitos. Em meio a essas, encontra-se as pessoas com deficiência. Portanto, as políticas públicas e sociais têm sido apresentadas como possíveis caminhos para diminuir as desigualdades e, ao mesmo tempo, aumentar os espaços de participação social, com o objetivo de que as pessoas com deficiência exerçam o direito à cidadania. Levando em consideração o princípio constitucional de que a educação é um direito de todos e, a relação do estudante deficiente em todos os ambientes educacionais, pois, um processo interativo em que se devem considerar conjuntamente as suas características, e as solicitações, de recursos e possibilidades nas Instituições de Ensino.

Esta relação encontra-se, no entanto, condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com deficiência, que deve se considerar três direitos

educacionais importantes, como: a) o direito à educação, b) o direito à igualdade de oportunidades e c) o direito à participação social – nesse sentido evidencia-se o direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade.

A partir de 1990, com a Declaração de Jontien na Tailândia, começaram os avanços na busca de uma educação para todos, direcionando para o paradigma da inclusão. Este documento discute a erradicação do analfabetismo e o combate todas as formas de discriminação com relação à diversidade. Em 1994, temos um grande envolvimento de vários países na elaboração da Declaração de Salamanca, cujo um dos objetos de estudos foi a inclusão das pessoas com deficiência em todas as modalidades de ensino e a garantia de um ensino de qualidade para todos.

Na sequência, a LDB 9394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizado” (art. 24, inciso V)”.

Para que se consigam as intenções propostas, o Instituto Federal do Paraná - Câmpus Umuarama, através de sua gestão e de seu corpo de servidores, deve promover a formação continuada dos professores da seguinte maneira:

1. Proporcionar formação pedagógica aos professores que não possuem licenciatura;
2. Proporcionar formação especializada para o ensino técnico e tecnológico a todos os professores, licenciados ou não;
3. Proporcionar a progressão de formação para o próximo nível de formação a todos os professores interessados em ingressar em programas de pós-graduação.
4. Promover reuniões periódicas por área, a fim de propiciar a troca de conhecimentos entre os professores.
5. Criar e manter grupos de estudos, técnicos e pedagógicos.
6. Criar redes coletivas de trabalho, intercursos e interdisciplinares, para que a atuação do instituto seja entendida como um todo.

2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Os cursos técnicos oferecidos pelo câmpus Umuarama procuram construir uma organização curricular pautada nos princípios básicos do currículo Integrado, tendo como principais eixos estruturantes a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia, através da integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social do egresso.

Com isso, propõe-se que a formação geral e a técnica do estudante sejam interligadas e inseparáveis, com o intuito de que o mesmo não resulte somente em um técnico ou somente um sujeito a mais que possui um ensino médio concluído, mas sim que vise ao pleno desenvolvimento do sujeito em todas as dimensões da vida.

Nestes cursos, busca-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma comunidade, além de formar trabalhadores responsáveis e comprometidos com a sociedade. Para tanto, permeiam essa formação discussões concernentes às questões ambientais (lei 9795/1999) e de educação étnico-racial (leis 10.639/2003 e 11.645/2008), visto que o mundo do trabalho constitui-se num campo onde essas temáticas não são desconexas, proporcionando um caráter transdisciplinar capaz de propiciar ao egresso uma nova visão da natureza, do homem, do trabalho e da realidade social.

Essa discussão possui caráter emancipatório e não discriminatório, pois oportuniza conhecimentos que possibilitam respeito às diferenças, seja em seminários, seja em debates despertados em temáticas transdisciplinares emanadas nos diversos componentes curriculares que compõem o currículo, e não apenas naqueles cujas temáticas façam parte integrante do programa.

Esse processo é indispensável para que o estudante não apenas conheça e saiba o mundo em que vive, mas com isso saiba nele atuar e transformá-lo através do trabalho. O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, é o conhecimento mediador, num processo ação-reflexão-ação, simultaneamente, possibilitador da transformação social do indivíduo.

Essa transformação também pode ser alimentada pela Arte, visto que a mesma constitui-se como expressão da vida que, associada ao processo de criação, transforma-se na capacidade de exercer plenamente a condição de humanidade. A Arte, em suas diversas manifestações, favorece o desenvolvimento integral do indivíduo, possibilitando a expressão livre do pensamento e das emoções, desenvolvendo seu raciocínio com criatividade e imaginação. A ação educativa da Arte tem como objetivo a preparação do jovem para a vida

plena da cidadania, buscando a formação de cidadãos que possam intervir na realidade, podendo ser considerada, também, como um instrumento de transformação social.

Outro elemento importante nesse processo é o espaço que a informática, na contemporaneidade, tem alcançado na formação profissional do cidadão. O acesso a essa tecnologia bem como o domínio dessa linguagem proporciona, além da instrumentalização para o mundo do trabalho, um ambiente educacional mais interativo, favorecedor de condições propícias para emancipação social do cidadão.

Assim, a educação para o trabalho, nessa perspectiva emancipadora progressista, figura como ciência transformadora e, a escola, como ambiente propício para a compreensão do trabalho como um princípio educativo.

Esse contexto permite a compreensão que a educação profissional é muito mais que a mera preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Efetiva-se como mecanismo de conhecimento ontológico, ao passo que o homem produz sua própria existência inter-relacional geradora de conhecimentos, e também histórico, sob o ponto de vista capitalista de produção econômica.

Concebendo-se o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, os cursos Técnicos do IFPR Câmpus Umuarama oportunizam condições de resgate social ao público estudantil regional, para o qual uma formação diferenciada proporciona espaços de inclusão e de desenvolvimento econômico e social através de uma efetiva formação para o mundo do trabalho.

Nesse panorama, o perfil do egresso de um curso ofertado pelo IFPR, Câmpus Umuarama é o resultado da soma do processo de formação acadêmica com a entrada para um processo de integração do profissional ao mundo de trabalho. Neste sentido, a especificação do perfil do egresso de um curso ofertado exige a articulação entre a formação acadêmica pensada coletivamente pelos professores e técnicos e as exigências de uma prática profissional que se insere no mundo do trabalho, amparada no arranjo produtivo local.

Mais que aproximar essas duas vertentes, preenchendo um documento burocrático ou formando técnicos meramente reprodutores de uma linha de produção, a elaboração desse perfil visa indicar quais as atitudes, habilidades e conhecimentos são componentes passíveis de desenvolvimento e devem ser levados em conta na elaboração de um modelo de profissional cidadão competente a ser formado. Nesta perspectiva, a educação pode propiciar a transformação da sociedade, visto que assume uma qualificação integral do ser humano.

O perfil do egresso, em conjunto com as concepções filosóficas, é o elemento que articula os demais componentes do projeto pedagógico. Neste sentido, o

processo de construção deste perfil é fundamental para o sucesso de um projeto pedagógico e implica na definição dos seus elementos constituintes e na metodologia para sua especificação e validação.

Nesse sentido, todo o plano para atendimento às diretrizes pedagógicas no IFPR, Câmpus Umuarama, visa à integração dos elementos de um projeto pedagógico, elaborado coletivamente, que articule o desenvolvimento humano e social dos estudantes e as necessidades do mundo do trabalho.

2.3 CONSTRUÇÃO DO PPP: UMA PRÁTICA COLETIVA

Para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico de um câmpus do IFPR necessita-se obviamente de uma ação conjunta de toda a comunidade acadêmica. A Direção Geral do câmpus bem como a equipe pedagógica devem prever momentos coletivos para esta finalidade. Não obstante, apenas horários definidos em reuniões ordinárias não são suficientes para o debate sobre o PPP, é necessário discuti-lo também, na hora atividade dos professores, reuniões de pais, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, reuniões do Conselho Escolar, e de agremiação estudantil.

Essa participação coletiva e contínua por parte do câmpus é que gera um documento autêntico, caso contrário, será apenas um documento elaborado para cumprir formalidades burocráticas. Nesse caso, desperdício de tempo e esforços.

Assim, ao construir-se o projeto do câmpus, devem-se considerar os sujeitos que se quer formar, aos conhecimentos que se quer ensinar, a sociedade que se quer para viver. Para tanto, é fundamental que o documento descreva os princípios norteadores que estão contemplados na LDB nº 9394/96, no seu Art. 3º:

- I. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;

- IX. Garantia do padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extracurricular;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]

A elaboração do Projeto Político Pedagógico do IFPR, Câmpus Umuarama, seguiu a seguinte metodologia:

- Apresentação da proposta de elaboração do PPP, em reunião específica com representantes de pais, alunos, servidores e membros da sociedade umuaramense, mostrando sua importância no processo ensino-aprendizagem;
- Divisão dos participantes em grupos de estudos, os quais listaram os objetivos, metas e ações que cada grupo priorizou. Os grupos reuniram-se diversas vezes para estudo e discussão dos temas. Posteriormente, foram elaborados textos com os resultados das discussões que foram entregues para a equipe responsável pela sistematização das informações e redação deste texto final.
- Sistematização das metas e ações levantadas para estruturação juntamente com os suportes pedagógicos da PROENS finalizando a elaboração do PPP;
- Apresentação do Projeto Político Pedagógico à comunidade escolar;

Assim, essa perspectiva coletiva de elaboração do Projeto Político-Pedagógico do câmpus Umuarama revelou-se um dos elementos mais importantes para a gestão democrática realizada pelo grupo, que o identificou como o eixo central da organização do trabalho na escola, articulando os aspectos administrativos (plano de ação diretiva, administrativa e regimental) aos aspectos pedagógicos (currículo, métodos, avaliação, formação continuada) e ao objetivo da escola, assegurando a unidade teórica e metodológica no trabalho didático e pedagógico.

E, para que o IFPR, câmpus Umuarama, realmente alcance seus objetivos, é de fundamental importância que a elaboração e o acompanhamento do projeto político pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva e democrática, cujo processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, oportunizadora de reflexão para mudanças necessárias.

3. ATO OPERACIONAL

O Ato Operacional é a explicitação do ideal que se busca no IFPR, câmpus Umuarama, tendo em vista aquilo que queremos ou devemos ser enquanto uma instituição de ensino técnico. Diz respeito à organização das ações que a coletividade escolar exerce na sua práxis educativa: a dimensão pedagógica, a dimensão comunitária e a dimensão administrativa. Neste Ato, são apresentados os planos de ação para superação das dificuldades arroladas no Ato Situacional, à luz dos enfoques teóricos do Ato Conceitual.

3.1 PLANO DE AÇÃO

Há no Instituto Federal do Paraná, câmpus Umuarama, um contexto que criou uma situação peculiar para muitos profissionais, tanto técnicos como docentes. Vindos das mais diferentes realidades institucionais, públicas ou privadas, de ensino básico ou superior, a maioria deles chegou à Instituição para atuar no ensino básico, técnico e tecnológico, tanto quanto licenciaturas e pós-graduação, nos mais variados eixos, com atuação prevista também para pesquisa e extensão.

Essa realidade encontrada de cursos iniciando a oferta, concomitante à elaboração, sem ainda quadro docente completo, precisa ser elucidada para que se compreenda como iniciamos a organização do trabalho pedagógico, organização possível e não pensada em sua totalidade por conta dessas condições que se faziam novas em todos os sentidos.

Assim, com os primeiros três cursos ofertados em maio de 2010, ainda sem a presença de um pedagogo ou equipe de ensino no câmpus, os profissionais, dentro de suas áreas de competência, foram ministrando aulas e desenhando projetos possíveis, inclusive de divulgação, para que o câmpus se fizesse conhecer.

Seguindo o catálogo nacional de cursos técnicos que norteava eixos, áreas de atuação e competências a serem desenvolvidas pelos vários cursos técnicos, os primeiros cursos tiveram suas matrizes curriculares estabelecidas. A partir das orientações vindas da reitoria e da chegada do pedagogo em agosto do mesmo ano, protocolos, registro e planos foram sendo elaborados e arquivados para a organização burocrática do cotidiano estudantil.

Na sequência, técnicos de apoio educacional e administrativos, compondo uma pequena equipe de apoio, subsidiariam a realização de novos concursos e a chegada de novos docentes.

Passou-se, ao longo desses dois anos, por atrasos no início das aulas de alguns cursos para os quais o quadro de professores era insuficiente e pelo desafio de delinear cursos originais e inéditos, por vezes, em toda a Rede de Educação Profissional.

A oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada¹ e Projetos de Extensão foi também uma forma de iniciar o atendimento à comunidade, demonstrando o trabalho do Instituto, enquanto a equipe se fortalecia.

No ano de 2011, o trabalho prosseguiu dessa forma, ganhando novos integrantes chegados das vagas de concursos públicos de 2010, e na expectativa de outro que foi realizado no final de 2011.

Após esse breve histórico, podemos descrever como tem sido a organização do trabalho pedagógico que passa pela construção desse Projeto ora em pauta, pela Proposta Pedagógica do Câmpus, pelo Plano de Trabalho docente e pelo Plano de Ação da escola.

Participando das discussões e encontros ofertados pela Pró-reitoria de Ensino, a pedagoga, a técnica em assuntos educacionais, o diretor de ensino, enfim a equipe de ensino que se formara, iam dialogando também no câmpus com os docentes no sentido de estabelecer uma rotina de trabalho, planos e documentos que precisavam subsidiar o funcionamento dos cursos. Professores tidos como referência nos variados cursos ofertados foram convidados pela equipe e oficialmente designados pela Direção Geral para a coordenação de curso. Esse procedimento foi adotado desde o lançamento dos primeiros cursos, garantindo o norte pedagógico para aqueles bem como o acompanhamento de sua vida burocrática.

Atualmente, esses professores/coordenadores reservam parte de sua carga horária semanal para as tarefas de coordenação, tendo sido delineados por escrito, o papel das coordenações de curso e coordenação de ensino, pautados em organograma apresentado pela Direção Geral. Não se tenha a impressão de que antes da existência desses norteadores houvesse um trabalho meramente amador,

¹ Cursos FIC em 2010 - Atendimento e Vendas; Introdução à Informática; Massoterapia.
Cursos FIC em 2011 - Computação Gráfica Bidimensional aplicada ao Desenho de Móveis; Marcenaria e Tapeçaria; Qualificação em Design - Técnicas de Representação; Massoterapia.

posto que como já foi abordado, a instituição beneficiou-se de receber profissionais gabaritados em diversas áreas vindos das mais diversas experiências, o que pressupomos como resultado de um concurso público que incita a essa seleção.

Em agosto de 2011, a partir de orientações da Pró-reitoria de Ensino e por meio da atuação da pedagoga, iniciou-se a discussão com o grupo de professores para traçar os passos da construção desse Projeto Político Pedagógico. Realizados contatos com representações da comunidade: sindicatos, Núcleo Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação, pais e estudantes da Instituição, realizou-se reunião de apresentação a todos sobre os fundamentos e organização do trabalho.

A partir de então, por meio de textos norteadores² distribuídos entre o grupo de colaboradores docentes e técnicos, realizaram-se leituras, produções de sínteses e apresentações por subgrupos. Toda a fundamentação presente nesta escrita abordando Avaliação, Currículo, Educação e Trabalho, Ensino Médio Integrado, Formação de Professores, Gestão Democrática, Políticas Educacionais, Proeja, PPP, está pautada no que se discutiu em grupo.

Além dessa fundamentação teórica e das profícuas discussões, o grupo todo se mobilizou por meio da distribuição de tarefas como: coleta de dados junto a órgãos como Prefeitura Municipal, Núcleo Regional de Ensino e Associação Comercial e Industrial de Umuarama e compilação de textos e informações.

O compromisso junto à Pró-reitoria de ensino era enviar partes do trabalho conforme fosse sendo redigido, o que se conseguiu cumprir inclusive pela inestimável chegada de mais um técnico em assuntos educacionais assumindo também o papel de compilador e redator. Contudo, o trabalho foi interrompido de junho a agosto último quando passamos por um período de greve dos servidores técnicos e docentes, que dentre outras reivindicações, pediam maior clareza sobre a política de expansão da Rede Federal e do Instituto Federal do Paraná, o que tem relação direta com planejamentos como este.

Assim, para definir uma proposta pedagógica e de ação para o câmpus, depende-se hoje da definição dos rumos da instituição como um todo. Apesar de saber-se parte de uma política nacional que cobrará a execução de um Termo de

² Os vários textos, autores e documentos são os que compõem a bibliografia consultada ao final desse projeto.

Acordo e Metas³ com número de entrada e saída de estudantes, oferta de educação básica, educação de jovens e adultos e licenciaturas, por exemplo, percebe-se uma contenção na política de abertura de cursos no sentido de fortalecer a estrutura tanto física como de pessoal, como também dar maior segurança por meio de cursos que possam iniciar com equipe e estrutura completa, distinto do que se fazia até então, quando a estrutura dos cursos completava-se em processo.

O que se pode avaliar desse ponto e está presente na fala do conjunto de profissionais não é o julgamento de qual modelo está certo ou errado, mas uma preocupação com o esvaziamento de um trabalho que atenda às perspectivas da comunidade.

O trabalho do câmpus foi realizado o tempo todo com parcerias importantes em Umuarama e região, que se somando a outros municípios no papel de polo regional, congrega hoje uma gama de habitantes que passou a vislumbrar no Instituto Federal Paraná – Câmpus Umuarama, uma opção ou única opção de profissionalização, acesso à cultura, a cursos de qualidade, a possibilidade de pesquisa, de referência técnica. Enfim, existe hoje grande expectativa em torno de nosso trabalho e atuação. Já somos referência para os assuntos de Meio Ambiente, para a profissionalização do trabalho no setor moveleiro, bem como para cursos de licenciatura com qualidade e condições de ser um referencial para a região.

Hoje, fazendo divulgação para o novo processo seletivo, sentimos o desapontamento da comunidade em não ver atendidas as expectativas que nós mesmos criamos. Esperamos que nosso projeto de oferecer à comunidade qualidade nos cursos e inserção de profissionais competentes e qualificados para redimensionar a prática e a visão sobre as diferentes áreas que atendemos, mantenha a confiança até agora em nós depositada.

³ O Termo de Acordos e Metas foi firmado entre a Reitoria do Instituto Federal do Paraná e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, estabelecendo compromissos do Instituto, dos câmpus e do Ministério da Educação, visando à implantação e implementação dos Institutos Federais, dos quais destacamos a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão sempre em benefício da sociedade, a eficácia nas respostas de formação profissional, a construção, a difusão e a democratização do conhecimento científico e tecnológico, suporte e interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, fundamentos estruturantes dos Institutos Federais; o compromisso com diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas, implicando na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; atuação pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos reduzindo taxas de evasão e ocupando vagas ociosas, especialmente no período noturno.

O norte que se procura imprimir em nossos cursos é de atendimento ao mundo do trabalho tanto quanto a inserção de novos profissionais que possam ressignificar a face de trabalho por meio de uma formação que se faz não apenas técnica, mas que incentiva a pesquisa, mesmo em projetos de extensão, que busca envolver os estudantes nos desafios de suas comunidades, pela presença de projetos e ações que exercitem a cidadania – envolvimento e compromisso com o outro/cidadão, participe real da comunidade em que está inserido.

As unidades curriculares estão repletas dessa concepção, que embora não transpareça em seus planos de ensino, que inclusive estamos revisando em sua formatação para dar-lhe maior transparência, busca apresentar-se assim no trabalho de seus professores.

Hoje, o grupo tenta não deixar esmorecer esse propósito e compromisso que tem sido marca do câmpus: o envolvimento dos docentes com a comunidade, transparente na forma como as aulas, projetos e cursos vão acontecendo.

Continua no câmpus o esforço diário de discutir todas as questões, tanto pedagógicas como administrativas. O grupo é chamado a opinar e discutir sempre, incentivando os professores a atuarem da mesma forma em sala de aula: discutir com os discentes a condução das unidades, do curso, das atividades, não só como forma de dar-lhes voz, como também de corresponsabilizá-los pelo sucesso do curso que ajudam a construir.

Assim, o plano de trabalho docente, acompanhado pela equipe de ensino, ainda de forma incompleta, deve contemplar de forma clara o espírito do componente curricular em consonância com o módulo do curso, com o curso e com a instituição. Hoje, o instrumento utilizado não permite ainda essa clareza, por isso está em análise para reestruturação. Nas terças-feiras reservadas às reuniões⁴, permanecem essas discussões por meio de constante retomada dos cursos e de seus planos que tem sido revisados e acompanhados pela Pró-reitoria de Ensino.

Há ainda muitas dúvidas e receios em relação à avaliação com resultado em conceitos. Todos os docentes do câmpus migraram de sistemas quantitativos por notas, usual nas instituições de origem. A avaliação por conceito exige revisão no

⁴ Todas as terças, das 14 às 16 horas, ocorrem reuniões, assim pactuadas com o grupo: 1ª terça do mês: reunião administrativa; 2ª terça: reunião pedagógica; 3ª terça: colegiados de curso; 4ª terça: livre para agendamento a interesse da direção ou de outro trabalho do câmpus.

uso de métodos e objetivos, e é este trabalho constante de análise e discussão que continua sendo realizado e reflete-se conseqüentemente no plano de ação docente, cujo instrumento nomeia-se ainda como plano de ensino e não contempla essa realidade.

O contexto de cursos novos com diferentes focos para as áreas de atuação também é desafio constante, pois trabalhando em distintos eixos de formação, o mesmo professor se vê diante de uma condução que precisa atender às necessidades de formação desse e daquele curso, o que exige mais tempo de estudo, preparo de aula e atividades bem como releitura de sua própria formação.

Nesse universo de desafios, os cursos têm sido lançados, desde 2010, com base nos arranjos produtivos locais e nas demandas da comunidade. Para tanto, a criação de parcerias e estabelecimento de rede de apoio e contatos tem sido uma das estratégias do câmpus, não somente como forma de inserir-se na comunidade como de divulgar seu nascente trabalho.

Internamente, o trabalho iniciou-se e permanece pautado no coletivo. Em reuniões ordinárias toda a equipe toma conhecimento da condução dos trabalhos da reitoria como um todo, dos projetos e planejamentos, bem como normativas advindas da instituição ou da Secretaria Nacional, a qual estamos vinculados (SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica). Todos os assuntos são apresentados e discutidos em grupo, assim como as decisões são compartilhadas, tornando todo o grupo corresponsável pelas ações planejadas. Existem, evidentemente, questões que têm caráter apenas de comunicação já que são decisões de uma instância superior. Porém, mesmo nessas condições, há a cultura da discussão coletiva.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR: GESTÃO DEMOCRÁTICA

O trabalho na escola embora esteja inserido como qualquer outro trabalho, na dinâmica do tempo relógio que rege toda a sociedade capitalista pautada na produtividade para o mercado, é um tempo que se faz distinto. Esse já é o grande desafio de organizar trabalho, espaço e ações no ambiente escolar.

A comunidade espera que se cumpra e se viva sob a égide dessa ditadura do cronômetro o que é fácil de perceber quando se marca reunião com os pais,

apresentação dos estudantes, ou qualquer outro evento em que a participação da comunidade, tanto interna como externa, fica sujeita ao cumprimento dos breves minutos do intervalo de trabalho, do calendário comercial, etc.

Em verdade, a programação do tempo da aula, do bimestre, do ano letivo como um todo não pode ser lido como se naquele espaço delimitado de tempo tenha ocorrido ou não aprendizado ou que determinado tópico previsto para um período não possa ser retomado em outro, revisitado, mesmo porque a divisão de conteúdos, tanto quanto a divisão do tempo na escola, precisam ser vistos como organizadores e não determinantes.

Assim, o calendário, por exemplo, segue o ritmo programado pelo mercado, pelos feriados nacionais e regionais e por determinação e regulamentação. É adotado na escola sem muitas possibilidades de interferência, o que em instituições multicampi, como o Instituto Federal do Paraná, torna-se um complicador a mais, já que as realidades regionais afetam de diferentes formas a vida no câmpus.

Em Umuarama, por exemplo, é atendido um percentual considerável de estudantes de municípios vizinhos que dependem de transportes de prefeituras ou associações estudantis. Num e noutro caso, a maioria de estudantes nos ônibus são de instituições maiores e mais antigas na cidade, donde procede que o calendário de início e término do período letivo, tanto quanto de recessos e horários de chegada e saída, acabam sendo estabelecidos por essa maioria. O resultado é que, por vezes, a atividade está prevista em calendário, a instituição está atendendo, entretanto o estudante não está na sala, o que exige constantemente repensar tempos e espaços, e talvez que o que se considera desvantagem, possa ser um desafio por produzir-se sem a força do relógio.

Há programas de características altamente pedagógicas que ensinam diferentes perspectivas de tempo e espaço para aprendizagem. No câmpus Umuarama, a presença do programa Mulheres Mil, com todos os revezes burocráticos de realização, cuja discussão ainda é recente não admitindo conclusões, demonstra a possibilidade de que estudantes de diferentes níveis de escolaridade estejam na mesma turma, que ao mesmo tempo cursa disciplinas comuns e disciplinas profissionalizantes distintas, em horários de aulas que variam de matutino ao noturno de acordo com as possibilidades de docentes e discentes, em diferentes espaços de acordo com as necessidades do instrumental de trabalho. Enfim, alguns projetos já desenham características diferenciadas. Esse programa,

no entanto, mostra-se como bom exemplo dessa discussão em que é possível superar a lógica vigente formatada.

3.3 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Sob o aporte da Lei 9394/96 em seus artigos 13, 24, 36 e 41, a avaliação do processo educacional de um estudante é abordada como um instrumento que deve priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Ainda, enfatiza-se que a mesma estimule a iniciativa dos discentes, assim como o domínio dos princípios científicos e tecnológicos, das formas contemporâneas de linguagem, para que exerçam sua cidadania com responsabilidade, e que os conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, possam também ser objeto de avaliação.

A construção de instrumentos relevantes e significativos ao processo de ensino aprendizagem deve permitir ao professor e estudante, como sujeitos ativos e interativos, identificar em que medida os conteúdos estão sendo apropriados e desenvolvidos, para que, de forma consciente, percebam-se imersos numa cultura que apresenta histórias particulares de vida.

Pelos instrumentos de avaliação, deseja-se ressignificar a ideia desta ser um instrumento que gera insegurança, um instrumento de medida, discriminador e classificatório, fruto da construção de conceitos e procedimentos que não levam em consideração o aluno em sua totalidade, especificidade, assim como os conhecimentos que ele já domina, o que foi agregado em sala de aula, os latentes e os não existentes, mas desenvolvê-los por meio de um processo de construção que envolva a reflexão crítica do que está sendo aprendido mediado pelo professor.

Este processo de avaliação, o qual se defende, configura-se como instrumento relevante e significativo no processo de ensino aprendizagem, dando subsídios ao professor e ao discente, pois ajuda o professor – agente mediador – a planejar a continuidade de seu trabalho, intervir e auxiliar na construção e reelaboração do conhecimento do estudante com vista ao desenvolvimento deste, ajustando às necessidades dos discentes de forma a superar obstáculos e desenvolver por meio deste processo o autoconhecimento e autonomia a

continuidade da busca. Assim, poderá redirecionar seus estudos e práticas, buscando novos caminhos para alcançarem os objetivos propostos.

Ao discente permite identificar avanços e dificuldades, assim como ajudar a aprender por meio de uma relação que envolva os conhecimentos prévios do mesmo, os historicamente acumulados, sistematizados levando-os ao científico de forma a aplicar às necessidades atuais e servir de subsídios para os desafios futuros.

Nesta concepção de avaliação, no processo de ensino e aprendizagem, estudantes e professores são sujeitos ativos e interativos, atuando de forma consciente na construção do saber e da autonomia social, compreendendo que ambos trazem consigo construções, capacidades cognitivas e apreensão da realidade diferentes, assim como características biológicas, socioculturais, afetivas, linguísticas, psíquicas, ontológica e histórias pessoais que os torna únicos.

A avaliação assume também uma função diagnóstica ao dar ao professor, instrumentos para identificar em que medida os alunos estão se apropriando dos conhecimentos, permitindo rever e reestruturar sua prática atual e contribuir com a busca de novos elementos para a reestruturação de seu trabalho, assim como respeitando os limites e especificidades do estudante.

Na medida em que vê seus avanços e as dificuldades, mediado pelo professor, o discente reorganiza-se permitindo a retroalimentação do processo educacional que se transforme num instrumento de superação de obstáculos, de identificação dos elementos e competências que precisarão ser por ele aprofundados e/ou resgatados, de relação do conteúdo com o curso e a sua vida, reconhecendo sua cultura para que neste autoconhecimento construa sua autonomia como pessoa.

A avaliação assume também uma função formativa quando, durante o processo de ensino aprendizagem, centrado no estudante, o professor ajuda-o a aprender, a encontrar instrumentos para superar suas necessidades. Também quando fornece subsídios ao professor para que possa encontrar novos caminhos para ensinar e avaliar até que ponto o conhecimento, a aprendizagem e o desenvolvimento pretendido foi alcançado e, finalmente, em reavaliar todo o processo.

Em sua função somativa, a avaliação possibilita identificar se os objetivos propostos e se as competências pretendidas foram alcançadas, de forma que os

resultados permitam uma retroalimentação e replanejamento do ensino para as etapas seguintes.

Ao construir instrumentos de avaliação, deve-se considerar o que, o como e o porquê está sendo avaliado, ter claro a dimensão envolvida no instrumento, que perpassa desde a relação professor/estudante, a instituição e a sociedade. Sendo importante a discussão antecipada dos instrumentos de avaliação e do que será avaliado, buscando por meio destas ações contribuir não só ao discente assumir seus compromissos, mas posicionar-se e defender seus interesses responsabilizando-se pelo que foi definido.

O professor assume neste contexto um papel de pesquisador ao investigar em seus discentes quais as razões que levam a determinada resposta e o porquê, ao avaliar as produções realizadas, dialogar sobre as considerações realizadas buscando identificar as razões que levaram a produzi-las daquela maneira, ouvir suas justificativas e, por meio deste processo, construir novos caminhos de forma a inter-relacionar um conteúdo que se torne produto e produção, e que o conhecimento desenvolvido vise atingir novos patamares de conhecimento por meio das inter-relações.

A avaliação, dentro desta concepção, deve acontecer permeada às atividades diárias, ao relacionar os objetivos educacionais propostos, aos caminhos percorridos, aos resultados identificados, ao diálogo estabelecido e aos avanços que não ocorreriam espontaneamente.

Contudo, faz-se necessário momentos específicos para uma inter-relação entre todos os conteúdos desenvolvidos, produzidas com sensibilidade, discernimento, inteligência, aplicabilidade e levando em consideração que o educador tem uma visão de mundo, possui ideologias, sentimentos e hábitos de forma que não interfiram negativamente, mas seja controlados sua influência, assim como, que se permita identificar o desempenho, as dificuldades, as conquistas e evolução dos alunos e do professor.

Nesta concepção de avaliação, a escola deve ter como prioridade os valores humanos e éticos assim como: ensinar, aprender, pesquisar, compartilhar, interagir. Deve permear o ciclo de conhecimento do sujeito, enquanto ser imerso dentro de um espaço social, cultural, global, de forma que ensinar e aprender não levem apenas as etapas já alcançadas pelos alunos, mas que partam do conhecimento já existente e sirvam de subsídios para a construção novos conhecimentos.

Tal construção é possível quando se tem como prioridade os valores humanos e éticos, mediatizados por critérios norteadores como a: identificação do problema, elaboração de hipóteses, aplicação dos conhecimentos técnicos, comunicação escrita e oral, interesse, dedicação, participação, pontualidade e solidariedade.

Como instrumento de permanente ressignificação, a escola deve fazer da avaliação um instrumento que ajude o estudante a utilizar-se dos conhecimentos, não como mero acumulador de dados, mas como instrumento de construção profissional, para que a aprendizagem contribua para seu desenvolvimento mental ao aplicar os conceitos científicos ao processo de trabalho.

Propõe-se uma avaliação que também permita o amadurecimento intelectual, bem como que as potencialidades dos indivíduos sejam levadas em conta, por meio de um processo dialético permanente de forma a cooperar para a ativação de novos planos cognitivos ou comportamentais, assim como um instrumento que possa desenvolver sua autonomia e motivação, que produza aprendizagem e contribua para a solução de problemas, por meio de uma formação crítica, criativa, construtiva e cidadã ao exercerem seus direitos e deveres.

Amparado nesses pressupostos sobre o processo avaliativo, o Câmpus Umuarama procura estimular a comunidade acadêmica a assumir essa postura significativa nesse processo. Entretanto, algumas barreiras ainda precisam ser transpostas para a construção dessa perspectiva de avaliação.

A herança de concepções avaliativas centradas no produto, no resultado final, na ideia de quantificação de conhecimento ainda se faz muito presente também no IFPR. Essa herança meritocrática é fruto de políticas pedagógicas de cursos de graduação e pós-graduação dos quais o corpo docente oriunda e reproduz. Ao tomar contato com a perspectiva avaliativa assumida no IFPR, é natural que o corpo docente, sobretudo aquele não licenciado, demonstre certa resistência ou dificuldades em assimilar essa nova proposta do ato de avaliar.

Com o propósito de identificar quais os instrumentos e critérios utilizados pelo corpo docente do IFPR Câmpus Umuarama na atribuição dos conceitos aos estudantes do instituto, foi realizada uma pesquisa diagnóstica, com 28 professores, cujos dados permitiram antever alguns pressupostos básicos sobre a concepção de avaliação do corpo docente do câmpus.

Ressaltamos que os professores foram incentivados a expressarem os instrumentos mais utilizados durante o ano de 2012. Na figura 6, revelam-se os instrumentos citados na pesquisa diagnóstica pelo corpo docente:

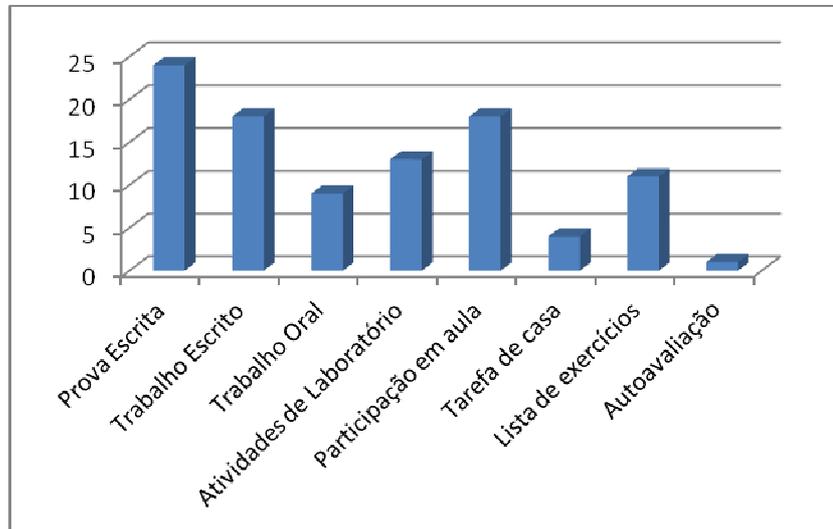


Figura 6 - Instrumentos de Avaliação

Outro desafio é articular as diretrizes do processo de avaliação em consonância com o perfil do egresso, objetivos do curso e conteúdos a serem abordados.

As diretrizes abrangem as avaliações realizadas no nível das atividades pedagógicas dos diversos componentes curriculares, no nível da execução do projeto pedagógico em termos da unidade organizacional que responde pelo mesmo colegiado de curso e no nível institucional.

Ou seja, é necessário se utilizar de um instrumento de avaliação que seja pertinente aos objetivos propostos para levar o estudante a adquirir as competências e habilidades vislumbradas no perfil do egresso, mas não apenas as tecnológicas para o fazer mecânico, mas sim para o saber humano, diferenciador e possibilitador de uma ação humanizadora e de libertação social.

A questão solicitada na pesquisa diagnóstica era “como você atribui o conceito a partir desse instrumento?”. Os dados revelados pelos docentes permitiram a construção do quadro 14, no qual ainda se presentifica uma preocupação de observância com o cenário quantitativo em oposição ao qualitativo.

Quadro 14 - Critérios para Atribuição de Conceito

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	COMO VOCÊ ATRIBUI O CONCEITO A PARTIR DESSE INSTRUMENTO?
Prova Escrita	<ul style="list-style-type: none"> Atribuição de conceitos conforme percentual de erros e acertos.
Trabalho escrito (individual ou em grupo)	<ul style="list-style-type: none"> Verificação de normas técnicas, linguagem adequada. Identificação da participação individual dentro do objetivo do grupo. Gradação de conceitos conforme os objetivos propostos ao trabalho (realizou, não, apenas parte?). Autonomia autoral.
Trabalhos orais (seminários)	<ul style="list-style-type: none"> Participação fundamentada em discussões propostas Postura e oralidade. Qualidade argumentativa. Conceitos condicionados à apresentação total, parcial ou não participativa.
Atividades Experimentais (Práticas)	<ul style="list-style-type: none"> Relação entre a entrega do relatório e a participação no experimento. Participação nas visitas técnicas e entrega de relatório.
Participação em aula	<ul style="list-style-type: none"> Frequência quantitativa, participação (fazer os exercícios) e interesse pela aula. Questionamentos orais sobre o conteúdo trabalhado.
Tarefa de casa	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de tarefas.
Lista de exercícios e Exercícios em sala	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de acertos, acompanhado pelo professor.
Autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> Em conjunto com outra proposta.

Para minimizar esse impasse, o Câmpus Umuarama promove reuniões com o corpo docente oferecendo suporte pedagógico, além de estimular nas reuniões de colegiado um amplo debate sobre a organização didático-pedagógica do curso, o conhecimento coletivo do Projeto Pedagógico (PPC), a discussão sobre a necessidade de ajustes no PPC, bem como sobre as formas, os instrumentos, os momentos e o processo de avaliar.

3.4 AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA DO CÂMPUS

3.4.1 A gestão democrática

Por tudo que se tem discutido até o momento nessa construção coletiva chamada Projeto Político Pedagógico, e não falamos aqui desse trabalho de escrita, e sim do que se tem realizado como trabalho coletivo e democrático, quando se está inserido no contexto de sua elaboração, parece tão natural que o PPP seja descrito dessa forma, construída e tornada costumeira, que poderia parecer pretensioso que seus próprios profissionais, redatores desse documento, assim o dissessem. Porém, aqueles que vêm de fora, docentes recebidos da Rede Federal de outros estados, atestam em pouco tempo o clima de democracia, transparência e participação efetiva nas discussões, como é possível se fazer aqui no câmpus Umuarama.

Não se trata de dizer que isso não existe em outras unidades, escolas ou instituições, mas certamente, com todos os desafios que a gestão democrática supõe, ela existe nesta unidade. Aliás, considera-se que no contexto das últimas décadas dos movimentos e legislações sobre educação no país, dos norteadores e políticas, sobretudo de implantação de Conselhos com participação da comunidade, gerir democraticamente é dever de quem se dispõe a esse trabalho com contexto escolar.

É dizer o óbvio que para a concepção de escola, de estudar e de aprender, de que para ato e o cenário pedagógico, a democracia é uma exigência.

Nada disso significa, porém, que tudo está resolvido e que plenamente se exerce democracia, mesmo porque sem estarmos descolados da sociedade, ela também está aprendendo o exercício da democracia, que por sua vez, precisa ver esse exercício na escola, nas pessoas em formação, que então podem atuar mais democraticamente. Esse movimento de influência recíproca ensina o docente, o discente, a família e a comunidade.

A participação da comunidade, por exemplo, também é um grande desafio: ela não pode ser apenas convidada a ouvir. Quem é convidado, normalmente chega com tudo pronto, assiste e vai embora, e tem sido essa, a priori, a participação da comunidade. Chamá-la para partilhar consigo os desafios e as responsabilidades de propor, executar e avaliar os resultados, para retomar o trabalho com o objetivo comum e social de proporcionar educação pública e de qualidade a todos os estudantes, é base teórica tanto quanto prática possível.

Algumas ferramentas precisam ser postas em execução para que, em operando-as, seja possível aprender a dividir tarefas, ouvir, discutir, ceder, retomar e encaminhar decisões e ações. Conselhos escolares e no caso do Instituto

Federal, o Conselho Diretor, órgão que deverá reunir-se ordinariamente, formado pela direção, representantes de técnicos, docentes e discentes, para consultas e deliberações será, ao lado do que se realiza atualmente, uma importante ação democratizante. Estando este documento/processo/ação, o Projeto Político Pedagógico, consolidado, mesmo com sua dinâmica de constante alimentação e revisão, efetivar-se-á a implantação do Conselho Diretor.

Atualmente, como já elucidado, a participação democrática tem se efetivado na participação dos colaboradores em todas as decisões, por meio de reuniões periódicas de partilha, planejamento e decisões coletivas. Os discentes tem tido sua participação efetivada, por meio da realização dos pré-conselhos de classe, tanto quanto na constante comunicação das equipes técnica, de ensino, e coordenadores de curso em sala de aula.

3.4.2 O papel dos órgãos e colegiados

Estando em implantação de sua estrutura escolar, o câmpus Umuarama vai implantando seu organograma de acordo com a chegada de servidores que possam colaborar nas mais variadas funções.

Com uma equipe de ensino em funcionamento, a partir do início desse ano de 2012, composta por direção de ensino, pesquisa e extensão, coordenação de ensino, coordenação de pesquisa, duas pedagogas e dois técnicos em assuntos educacionais, em relação direta com os colegiados de curso, as necessidades dos estudantes em relação à aprendizagem, aos projetos, aos programas de assistência estudantil têm sido acompanhadas com mais precisão.

Os colegiados de curso tem data reservada mensalmente para realização de reuniões que discutem projetos e ações do curso, acompanham o desempenho dos acadêmicos, tanto quanto procuram dirimir e encaminhar dificuldades que possam surgir na operacionalização das aulas e na relação professor/aluno.

Discutidas em conjunto, as tarefas das coordenações de curso e de ensino, elaborou-se, pautado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2009, texto norteador com essas atribuições no câmpus, o que tem facilitado e ordenado o trabalho administrativo e pedagógico.

Segundo texto norteador, são atribuições da Coordenadoria de Ensino:

- Colaborar no planejamento de ensino dos cursos e unidades curriculares;
- Planejar a ocupação dos espaços destinados às atividades de ensino;
- Assistir, acompanhar e orientar os alunos, com especial atenção ao desempenho escolar, às condições socioeconômicas e psicossociais, propondo aos docentes ações apropriadas ao bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos;
- Acompanhar elaboração e alterações nos Planos dos Cursos;
- Acompanhar, planejar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem, subsidiando o aprimoramento de currículos e propondo medidas pedagógicas a serem aplicadas;
- Participar de reuniões de colegiados dos cursos;
- Avaliar, bimestralmente, em reunião específica, a execução dos planos de ensino das unidades curriculares;
- Planejar e organizar, junto aos coordenadores de curso, eventos próprios ou participação em eventos, envolvendo a instituição ou algum curso específico;
- Acompanhar o desempenho dos estudantes por meio de dados estatísticos;
- Prestar assessoria técnico-pedagógica aos docentes, promovendo planos de aperfeiçoamento pedagógico e programa para melhoria de qualidade de ensino;
- Promover programas de divulgação de formação profissional;
- Acompanhar processos de trancamento de matrículas e desistências motivadas por problemas de ordem socioeconômica e/ou médico-hospitalar.
- Examinar questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar, ao setor competente, parecer detalhado dos assuntos cuja solução transcenda as suas atribuições.

À Coordenação de Curso compete:

- Elaborar e atualizar Plano do Curso com acompanhamento da equipe de ensino;
- Acompanhar e aprovar os planos de ensino das unidades curriculares;
- Avaliar, bimestralmente, em reunião específica, a execução dos planos de ensino das unidades curriculares;
- Propor e encaminhar alterações no Plano do Curso;

- Propor aos órgãos superiores da instituição, o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins, com a finalidade desenvolvimento e capacitação do estudante;
- Organizar e intermediar processo de colação de grau, junto à Secretaria Acadêmica;
- Acompanhar o desempenho e a produção acadêmica dos docentes;
- Realizar reunião mensal com o colegiado do curso visando interação, reflexão e discussão sobre as unidades curriculares e possibilidades de trabalhos transdisciplinares, rotina de sala de aula, produção acadêmica e demais eventos e/ou necessidades do curso;
- Examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar, ao setor competente, parecer detalhado dos assuntos cuja solução transcenda as suas atribuições.

Aos professores compete:

- Planejar e organizar plano de ensino da unidade curricular;
- Manter organizado e atualizado registro de aulas e frequência dos estudantes;
- Atualizar-se para as unidades curriculares e/ou áreas do conhecimento por meio de pesquisa e estudos;
- Primar pelo bom desempenho em sala de aula, avaliando junto aos estudantes os reflexos da metodologia do trabalho docente, com vistas a reelaborá-lo para a melhoria da ensinagem e da aprendizagem;
- Esclarecer aos estudantes (contrato pedagógico) desde o primeiro dia de aula, a forma de condução da disciplina (metodologia de abordagem, avaliação), direitos e responsabilidades do docente e discente;
- Encaminhar pedidos de bibliografia e material didático à coordenação de curso;
- Acompanhar e convocar estudante que não esteja desempenhando devidamente suas responsabilidades;
- Encaminhar à coordenação do curso casos disciplinares e/ou acadêmicos que não possam ser resolvidos em sala de aula, ou que comprometam o bom andamento da unidade curricular;
- Comunicar, e aguardar deferimento da coordenação de curso de qualquer mudança e evento em relação à unidade curricular sob sua responsabilidade.

3.4.3 Combate À Evasão

Neste ano de 2012, está sendo desenvolvido um projeto que propõe o levantamento e estudo dos motivos determinantes da evasão no Câmpus de Umuarama e, por meio dos dados levantados, visa-se desenvolver propostas político-pedagógicas que colaborem com a construção de uma política institucional mais eficaz para a permanência desses discentes.

O projeto prevê seis ações:

A primeira ação é a realização de levantamento bibliográfico sobre a construção histórica do ensino técnico no Brasil e sobre evasão escolar. De posse dos textos, em grupo de estudos, são compiladas as informações e, conjuntamente, será escrito um artigo inicial de suporte teórico-histórico que fundamentará a pesquisa.

A segunda ação é a elaboração de um questionário estruturado no qual se buscará identificar os dados motivacionais da evasão escolar no IFPR - Câmpus Umuarama.

A terceira ação consiste na identificação de quais foram os alunos evadidos no ano de 2011, na elaboração de uma planilha com a identificação telefônica para posterior contato a ser realizado para aplicação do questionário.

Na quarta ação, são tomados os dados coletados para a quantificação dos resultados. Para tal atividade, são distribuídos os dados em planilhas. Na sequência, há a análise dos dados coletados pelos envolvidos no projeto.

Na quinta ação, é realizado um dossiê relacionando os dados obtidos na pesquisa com as devidas propostas político-pedagógicas. Estas serão apresentadas de acordo com o índice de maior ou menor incidência motivacional para a evasão. Para elaboração das propostas, serão realizados encontros para análise e discussão teórica de suporte para cada item identificado como motivador.

Na sexta ação, será desenvolvido pelos proponentes, à medida que forem sendo realizadas as análises e propostas, artigos de caráter científico, para partilha com os demais câmpus do IFPR.

3.4.4 A Política de Egressos.

A palavra *egresso* é um adjetivo constante na vida de uma instituição de ensino. Egresso significa sair, se afastar, se retirar, portanto, refere-se àquele estudante que se formou. Não obstante, o discente que vai é tão importante quanto o que fica e, portanto, no IFPR - Câmpus Umuarama, ganhou até um dia em sua homenagem, o Dia do Egresso.

A data é comemorada com palestra temática, seguida de confraternização com os estudantes formados. Surgiu diante à necessidade do Câmpus verificar o desempenho de seus egressos, funcionando como um mecanismo no qual o egresso, agora profissional, pudesse interagir com os docentes e discentes do IFPR, mantendo vínculo.

A interação entre os docentes, discentes e egressos, contribui para um processo de avaliação continuada, pois os egressos têm a oportunidade de mostrar o que o curso proporcionou para sua vida, podem resgatar momentos e compartilhar suas atividades atuais com professores e principalmente com os discentes, desta forma colocando-os a par do mundo do trabalho atual.

O Câmpus é contemplado com as experiências dos egressos, e desta forma, pode conseguir dimensionar se realmente a missão do IFPR foi alcançada, ou seja, se estão sendo formados profissionais cidadãos que o mundo do trabalho necessita. Neste processo, verifica-se também que pontos precisam ser revistos na organização curricular dos planos de curso além de ouvir opinião dos egressos sobre melhorias a serem realizadas, sejam estruturais, nos laboratórios ou na matriz curricular.

Para o egresso, é uma oportunidade de rever amigos, reencontrar os professores, contar suas experiências, se atualizar sobre as atividades e cursos que estão ocorrendo e quem sabe se motivar para iniciar um novo aprendizado.

O evento é realizado em dia específico, e faz parte integrante do Calendário Acadêmico do Câmpus. No término do evento, cada egresso responde a um questionário fornecido pelo IFPR – Câmpus Umuarama. Os dados dos questionários são tabulados e transformados em informações para tomada de decisões focadas nas solicitações, críticas e sugestões apresentadas pelos egressos.

No ano de 2010, duas turmas colaram grau e participaram do evento realizado em 17 de novembro de 2011: Técnico em Informática e Técnico em Design de Móveis.

Os dados coletados pelos questionários aplicados no evento revelaram que 95% dos egressos encontravam-se empregados. Destes, 64,3% obtiveram aumento em seus ganhos comparando a situação de remuneração de início do curso e após o término.

No quesito relação progresso profissional e o curso realizado, os dados coletados também revelaram que apenas 21,4% alegam que o curso não auxiliou em nada, enquanto 78,6 % acreditam terem sido ajudados pelo curso.

As críticas apontadas pelos egressos auxiliaram nas discussões docentes de necessidade de ajustes curriculares nos PPC's para este ano de 2012, seja na questão estrutural, seja nos componentes curriculares.

3.4.5 Grêmios Estudantil

Os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da juventude brasileira. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades.

As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os Grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e o enriquecimento educacional de grande parcela da juventude brasileira.

Dentro de uma instituição de ensino surgem, quase que naturalmente, diferentes grupos que se articulam informalmente em torno das mais variadas razões e motivos. A organização dos grêmios estudantis é um deles e favorece o relacionamento e a convivência entre os jovens, por serem institucionalizados e poder representar melhor a rica experiência que é a busca coletiva dos anseios, desejos e aspirações dos estudantes.

Os grêmios, organizados dessa forma, exercem papel importante na formação do aluno, devendo ter uma dimensão social, cultural e também política.

Muitas vezes, os grêmios podem se tornar profundamente “incômodos”, como no período da ditadura militar, em que foram colocados à margem da lei pela defesa dos princípios democráticos e acabaram perdendo muito do seu espaço. Ou mesmo agora, quando muitas direções escolares agem contra a formação dos grêmios, seja por temerem a sua força reivindicatória, seja por não conseguirem compreender a sua importância.

Os educadores precisam ter consciência de que o estudante se expressa, muitas vezes, pela contestação. Por saber disso, o bom educador enriquece-se, pois enxerga mais e melhor a realidade dos discentes e possui ciência de que estes precisam ter voz e vez. Esta preocupação é ensinada pelo educador Paulo Freire quando trata o estudante como agente e não como mero paciente das decisões escolares. É sabido que pela sua missão e valores, o IFPR quer um estudante que seja, que haja, que viva com autonomia e cidadania plenas.

Para que isso ocorra, é necessário que os estudantes do IFPR tenham formação nesta área. É preciso que tenham oportunidade de estudar a “História do Movimento Estudantil no Brasil e sua evolução para compreender seu papel nos dias atuais. É necessário que saibam como criar um Grêmio e como ele deve ser gerido.

Para tanto, neste ano de 2012 está sendo desenvolvido um projeto de formação de lideranças estudantis, no qual objetiva-se, além da formação discente, a criação de um Grêmio Estudantil no câmpus Umuarama, que sirva como canal para voz dos estudantes e que se efetive como movimento representativo destes na construção coletiva do IFPR.

3.4.6 NAPNE

Em garantia ao processo de inclusão, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no art. 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEEsp, 2001).”

A Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as

instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimento sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O momento histórico da educação especial está caracterizado pelo encontro com a educação comum, desenvolvendo um novo movimento que é a educação inclusiva. Este movimento não nasceu por acaso, mas fruto das transformações ocorridas nas atitudes sociais que foram consolidando-se ao longo da história, em relação aos tratamentos que eram dispensados às pessoas com deficiência. Segundo a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, o processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Diante destes dados, é possível avaliar o quanto as instituições de ensino precisam de recursos sejam eles humanos ou materiais para atender as pessoas que apresentam necessidades especiais, oferecendo um ensino de qualidade, para que eles tenham não o acesso, mas tenham a permanência a participação e o sucesso nos estudos.

Sendo assim, este câmpus vem se adequando às novas exigências educacionais para tratar a todos que a ele procuram, para que tenham uma atenção especializada às suas necessidades. Este instituto disponibiliza o NAPNE - Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, prestando atendimentos às pessoas com algum tipo de necessidade específicas e as pessoas com deficiência.

Realiza-se um trabalho de entrevistas com essas pessoas, seguido dos encaminhamentos necessários aos atendimentos especializados disponíveis na comunidade, tais como: serviços na área da psicologia, fonoaudiologia, assistência social, neurologista, psicopedagogia e outros profissionais.

Além disso, são realizados trabalhos de sensibilização com os docentes, estudantes e demais servidores a respeito das deficiências através de palestras, visitas, e vivências em que a pessoa passa pela experiência de se colocar no lugar da pessoa surda, cega, com deficiência física.

Este trabalho tem despertado o interesse nos docentes em desenvolver projetos voltados à área das deficiências, visitas em escolas especiais e o interesse em aprender língua de sinais LIBRAS. O NAPNE também auxilia os professores na realização de adequações curriculares quando necessário. É feito um trabalho com palestras de prevenção das deficiências com as alunas do Projeto Mulheres Mil. Atendimento aos pais com filhos portadores de necessidades especiais com orientação e encaminhamentos para especialistas.

Também, neste ano de 2012, ocorre a participação de representante do NAPNE no comitê de saúde mental da 12ª Regional de Saúde de Umuarama, fato que viabiliza acesso a possíveis encaminhamentos de estudantes à atendimento especializado, conforme a necessidade.

Para o ano de 2013, temos como meta trazer curso básico de LIBRAS para docentes e funcionários, realizar oficinas de comunicação alternativa, sistema Braille e LIBRAS, visando à participação de discentes e comunidade escolar.

Para 2013 pretende-se também estender o trabalho de sensibilização para todos os alunos do Instituto.

3.5 UNICIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CÂMPUS

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 207, as universidades, e posteriormente os Institutos Federais, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Pela Lei Federal nº 11.892/2008, de criação dos Institutos Federais, o Artigo 6º diz que, além de outras, suas finalidades e características são o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e a realização e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Baseado nesses preceitos, o IFPR, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, aprovou várias resoluções para participação de seus servidores e estudantes em projetos de extensão e pesquisa.

Assim, a Resolução IFPR nº 02/2009 estabelece diretrizes para gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná

– IFPR. O artigo 7º dessa resolução considera Atividades de Pesquisa as ações do docente realizadas individualmente ou, preferencialmente, em grupos de pesquisa, atendendo as demandas dos arranjos produtivo, social e cultural do território em que o Câmpus está inserido e de interesse Institucional. O artigo 8º define que as Atividades de Extensão, as ações de caráter comunitário, não remuneradas, atendendo às demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território em que o câmpus está inserido e de interesse institucional. Com relação ao cumprimento da carga horária docente, o artigo 12 estabelece que os docentes em regime T-40 e dedicação exclusiva estão obrigados ao cumprimento de 16 (dezesesseis) horas em atividades de pesquisa e/ou extensão. Os docentes que não desenvolvem atividades de pesquisa e/ou extensão terão a carga horária automaticamente destinada às atividades de apoio ao ensino e para aula. A resolução ainda prevê que os docentes deverão apresentar, semestralmente, os relatórios de pesquisa e/ou extensão.

A Resolução IFPR nº 05/10 criou o Programa de Bolsas de Iniciação Científica e o Plano de Trabalho para captação de recursos. O artigo 1º diz que o programa tem por objetivos, entre outros: possibilitar aos estudantes dos cursos técnicos, integrados ou subsequentes, o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica; incentivar a participação dos estudantes em projetos de pesquisa, individuais ou em grupo; e aperfeiçoar a qualidade de ensino e sua indissociabilidade com a pesquisa e com as atividades extensionistas.

A Resolução nº 47/11 aprovou o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação no Instituto Federal do Paraná – IFPR, onde são concedidas bolsas para estudantes que participam de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar o Projeto Político Pedagógico do IFPR câmpus Umuarama foi um desafio que mobilizou não apenas a equipe pedagógica, mas também corpo docente, discente, pais e membros da sociedade Umuaramense. Por tratar-se de um projeto participativo, traduzido em diretrizes pedagógicas comuns para nortear a ação educacional, exigiu participação e dinamismo de planejamento para se tornar um instrumento de referência educacional do câmpus e da sociedade local.

A aplicação deste documento norteará os esforços de toda a equipe do IFPR desse câmpus no exercício de um trabalho que contemple a aquisição de competências que preparem o estudante para exercer sua cidadania plena no mundo do trabalho para os desafios da contemporaneidade.

O desenvolvimento deste Projeto Político Pedagógico representou um desafio importante na caminhada do câmpus Umuarama na busca efetiva de uma educação de qualidade, bem como na formação identitária no ambiente onde está inserido. Mais que um manual físico, constituiu-se um espaço dialógico de dúvidas, discussões, questionamentos e partilha de angústias e saberes, cheio de significados.

Em tempo, o projeto político pedagógico é uma ação inconclusa, visto que sua sistematização nunca é definitiva e deve ser produto de um processo de planejamento participativo, revisto e reavaliado constantemente. Sendo, portanto, processual e contínuo, ele configura a identidade do câmpus, permitindo aos sujeitos envolvidos que o produzem pensar, executar e avaliar o seu próprio trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *IBGE*. 1 de Agosto de 2012.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412810#topo> (acesso em 24 de Setembro de 2012).

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1994.

KUENZER, Acácia Zenilda et alli. **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos**. Brasília: Intermeio, 2008.

LONGHI, S.R., e K. L. BENTO. "Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva." **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG.**, jul.- dez. de 2006. Vol. 3 n. 9.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. "Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social." **Cad. CEDES vol. 19 n. 44** Campinas, Apr. de 1998.

RAMOS, Marilse Nogueira. *Educação básica e educação tradicional: projetos em disputa*. Poços de Caldas: Reunião anual da Anped, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 6ª Edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

SILVA, Laísa Muniz, e Marilda Dias FACCI. **Teorias psicológicas e o trabalho do professor: análise em periódicos a partir da psicologia histórico-cultural**. Campo Grande: Intermeio, 2008.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves, e Maria Arleth PEREIRA. **A interdisciplinaridade como superação da fragmentação**. 1995. www.angelfire.com/ask/holgonsi/interdiscip3.html (acesso em 30 de Setembro de 2010).

SOUZA, Flavia Danieli. **Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva**. (Dissertação de Mestrado) Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2009.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: Do Projeto Político- Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula**. 5ª ED. São Paulo: Libertad editora, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LEIS

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Nº 11.741, de 16 julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 . Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Lei Nº 11.161, de 5 de Agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola.

Lei Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica.

Lei Nº 11.684, de 2 de Junho de 2008. Altera o art. 36 da lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Lei Nº 11.287, de 13 de Julho de 2010. Altera o art. 36 da lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.

DECRETOS

Decreto Nº 5.154 - de 23 de julho de 2004 - DOU de 26/7/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

PARECERES

Parecer CNE/CEB Nº 11, de 12 de junho de 2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Parecer CNE/CEB Nº 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Parecer CNE/CEB Nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Parecer CNE/CEB Nº 35 de 05 de novembro de 2003. Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.

Parecer CNE/CEB Nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Parecer CNE/CEB Nº 15, de 01 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais – Ensino Médio - DCNEM.

Parecer CNE/CEB Nº 38, de 07 de julho de 2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.

RESOLUÇÕES

Resolução CNE/CEB Nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso nº 16, de 20 de junho de 2008. Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos nos diversos níveis de ensino formal, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de Janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Resolução CNE/CEB Nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

CNE/ CEB Nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

LIVROS E PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação. MEC/SEMTEC. **Orientações para a formulação e apresentação dos planos de cursos técnicos com base na resolução CNE/CEB Nº 04/99.** MEC: Brasília – DF, 2001.

BUFFA, E. ARROYO, M. G. NOSELLA. P. **Educação e cidadania: quem muda o cidadão?** 3ª ed. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.23). Editora Cortez: Autores Associados, São Paulo, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30ª ed. (Coleção Leitura). Editora: Paz e Terra. São Paulo, São Paulo, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis.** 2ª ed. Editora: Cortez: Instituto Paulo Freire. São Paulo, 1998.

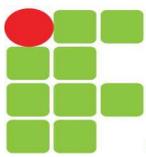
KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal.** (Coleção: Questões da nossa época, v 63) Editora: Cortez, São Paulo, 1997.

MOREIRA, A.F.B (org). **Currículo: políticas e práticas.** 4ª ed. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.) Editora: Papirus. Campinas, São Paulo, 1999.

MOREIRA, A.F.B. SILVA, T.T. trad. BAPTISTA, M.A. **Currículo, cultura e sociedade.** 10ª ed. Editora: Cortez. São Paulo, 2008.

PEREIRA, M. F. R. **Trabalho, Globalização e Ideologia.** Curitiba: Instituto Federal de Educação do Paraná - Educação a Distância, 2011

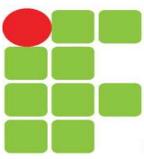
RAMOS, M. N. **Educação profissional: História e legislação.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.



RAMOS, M. N. **Políticas e diretrizes para a educação profissional no Brasil.**
Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

SACRISTÃN, J.G. trad: ROSA, E.F.F. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.**
3ª ed. Editora: Artmed. Porto Alegre, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 6ª ed.
(Coleção polêmicas do nosso tempo; v 40). Editora: Autores Associados. Campinas,
São Paulo, 1997.



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

ANEXOS



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná